



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 09/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2018/12/14

Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, no edifício do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, na Av.ª do Centro Cívico em Vila Praia de Âncora.

Às 21H05M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Paulo Pinto Pereira, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata foi substituído por Manuel Sousa Marques.
- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído pela tesoureira Maria Goreti Martins de Amorim Verde.
- António Maria Rodrigues Amorim, Presidente da União de Freguesia de Venade e Azevedo, substituído por Sílvia Isabel Gonçalves Costa.
- João Filipe Lages, eleito pelo Partido Social Democrata foi substituído por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.
- Narciso Correia, eleito pelo Partido Social Democrata, faltou.
- Mónica Ariana Ribeiro Fernandes, eleita pelo Partido Social Democrata, foi substituída José Valdemar Ferreira Vieira.
- Joaquim Celestino Ribeiro, eleito pela CDU-Coligação Democrática Unitária, foi substituído por Mário Pedro Leal Cardoso Molinos.



Assembleia Municipal de Caminha

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 13 de setembro 2018;
- c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de setembro 2018;
- d) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019;
- e) – Alteração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019- Plano Plurianual de Investimentos;
- f) – Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2018;
- g) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- h) – Participação variável no IRS relativa aos rendimentos do ano de 2019;
- i) – Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP);
- j) – Mapa de pessoal para 2019;



Assembleia Municipal de Caminha

- k) – Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;
- l) – Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais;
- m) – Autorização de contração de empréstimo de curto prazo – Exercício Económico 2019;

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A **Senhora Emma Marc Amor**, apresenta uma intervenção em conjunto com a **Senhora Ana Cristina Sousa**, uma vez que ambas se inscreveram para o mesmo assunto.

“De seguida saúda o Senhor Presidente da Assembleia, e permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes e aqueles que seguem esta Assembleia através da transmissão pela internet.

Venho perante esta Assembleia em representação de moradores e comerciantes da Avenida de Santana em Moledo.

Como é do conhecimento dos presentes, no passado mês de junho, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Caminha a implantação de lugares de estacionamento nesta Avenida e a alteração do trânsito rodoviário prevendo-se a circulação viária num único sentido. Tal decisão estava apenas pendente do acerto de alguns pormenores, nomeadamente da consulta da empresa concessionária dos transportes públicos/escolares.

Senhor presidente, passados seis meses nada foi feito.

Os moradores desta avenida continuam sem local para estacionar os seus veículos e sujeitos a aplicações de coimas por estacionamento indevido quando, porque precisam de descarregar os seus veículos, estacionam por alguns minutos junto à respetiva porta de casa.



Assembleia Municipal de Caminha

Os comerciantes vêm o seu negócio a definhar por falta de clientes que, por não terem onde estacionar, procuram outros estabelecimentos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores: Se não foi possível, por algum motivo, levar a efeito aquilo que nesta Assembleia ficou decidido, por favor pensem nos moradores e comerciantes da Avenida de Santana e procurem com urgência uma solução!

Permitam-me que lhes proponha uma: Definam lugares de estacionamento no sentido "Moledo-Vila Praia de Ancora".

Coloquem sinalização vertical definindo o sentido "Vila Praia de Ancora-Moledo" como prioritário e no outro sentido sinalização de Cedência de passagem. Em locais estratégicos prevejam, impedindo o estacionamento, locais que facilitem o cruzamento de veículos em caso de congestionamento.

Dessa forma continuará a circular-se nos dois sentidos e os moradores e comerciantes terão o seu problema resolvido.

Disse."

A **Senhora Rosa Maria Barros Lopes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha, e deu início à sua intervenção:

"Como cidadã de Caminha há quase 20 anos, venho apresentar o meu reconhecimento e afeição pelo facto de finalmente, quase no término de 2018, se lançar um novo concurso para a construção de Escola Básica e Secundária de Caminha.

Conheço muitas escolas deste país, destaco que poucas têm tanto cuidado na preparação do futuro como esta. As atividades da escola Básica Secundária do Concelho de Caminhas são de grande qualidade. São promotoras do crescimento pessoal e social e tendem a ser abertas à comunidade e do seu interesse. A escola tem bom material humano!



Assembleia Municipal de Caminha

Já por várias vezes e oficialmente esta escola viu reconhecida a sua qualidade, por isso fica mal a qualquer responsável público e cidadão consciente assistir garbosamente à degradação das atuais instalações que, com dezenas de anos, ainda contemplam coberturas de cancerígeno amianto, isolamento de cortiça completamente apodrecida, salas e pavilhões onde é necessário colocar baldes para apagar a água da chuva, bem como salas de aulas onde se congela no inverno devido ao seu péssimo isolamento.

Zelar pelo arranque das obras não é uma obrigação de apenas meia dúzia. Já muitos que passaram por aquele espaço padeceram de cancro, desde alunos, professores a funcionários. O amianto manta e mata em silêncio. Calar isto, ou protelar as obras é atentatório à dignidade humana.

A escola não é um assunto que deva passar ao lado de quem não percebe a diferença entre 2.º e 3.º ciclo, ou de quem tem os filhos na universidade, ou quem até os mande estudar para o estrangeiro. É um assunto de todos. Não há sociedades vivas sem motores de aprendizagem.

Não há dinamismo económico, nem dinamismo cívico sem escolas. Fazer gerações aprender em escolas com amianto é querer que elas apodreçam antes de erguer a voz. É entrar na lógica do "eu safo-me, os outros que se danem!", é cortar as pernas a quem quer correr, é assassinar devagar e com requintes de malvadez.

Com a nova escola mais e melhor se aprenderá, melhor se pensará o futuro, melhor e mais dinâmico será o concelho, será o país e até o género humano.

Na versão do orçamento anterior a reunião camarária de 5-12-2018, as verbas previstas para a construção da nova escola eram de um milhão para o ano de 2019, 2710 milhões para 2020. Depois da referida reunião, passou a ser de Mais 40.000 euros para 2020 e ainda mais 500.000 para 2021.

Ao todo a obra tem garantidos 4,250 milhões de euros! É uma ótima notícia saber que as verbas aumentaram, convém também, em nome do civismo e da transparência, explicar a sua proveniência.



Assembleia Municipal de Caminha

Faltam poucos dias úteis para o fim do prazo de financiamento em 85% da EU para esta obra. Porquê deixar chegar até tão tarde o arranque desta obra? Seja como for, mais vale agora e com seriedade. Obrigada a todos os membros desta assembleia. As gerações futuras estão de olhos postos em vocês! Obrigada.”

A Senhora Tesoureira da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Maria Goreti Verde, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e deu início à sua intervenção:

“No que se refere às intervenções feitas por uma moradora e comerciante na Av.^a de Santana, referentes ao estacionamento naquela Avenida, e como representante da Junta de Freguesia de Moledo e Cristelo, cumpre-me informar que esta junta, ao longo deste tempo, tem solicitado ao Município informações sobre o decurso do processo.

Como todos sabem, e como a Senhora Múncipe referiu, esta situação e por força da existência de passagem e paragens de autocarros nesta artéria, implicava parecer do IMTT.

Do que nos foi reportado, sabemos que aquele organismo, apenas no início da época balnear em julho, deu resposta à Câmara, reconhecendo ser responsabilidade desta proceder à alteração do sentido de trânsito.

Como se sabe, a execução desta decisão implica alterações que seriam de todo impossível a realizar durante o Verão.

Tendo a consciência de que a "Proibição de Estacionamento na Av.^a de Santana", iria criar constrangimentos, quer junto dos moradores, quer junto dos comerciantes, a Junta de Freguesia, para minimizar essa lacuna, solicitou e obteve autorização do proprietário dum terreno, existente a sul da Ribeira das Preces para permissão de estacionamento naquele local, o que veio a acontecer.



Assembleia Municipal de Caminha

Mais recentemente, voltamos a solicitar ao Município o ponto da situação, tendo-nos sido reportado que as obras iriam ser levadas a efeito, conforme proposta aprovada por esta Assembleia.

Contudo, e uma vez que as mesmas não estavam previstas no orçamento de 2018, apenas poderão ser realizadas no decurso de 2019.

Não posso deixar de aproveitar esta oportunidade, para solicitar à Câmara, da necessidade urgente da repavimentação da Rua de Rouxico, a principal alternativa ao circuito de trânsito a ser implementado, atendendo ao mau estado do piso, fruto dos anos de construção (1978) e das inúmeras obras ali realizadas, que o foram degradando.

Disse.”

O Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social. Saúda também a sua colega, a Professora Rosa que fez ali uma intervenção importante, que o permite falar da escola, da qual todos gostam muito, pelo que, lhe dá a oportunidade como Presidente da Junta de Caminha e Vilarelho, dar ali um contributo para aquela discursão. Saúda também o Agrupamento, salientando que hoje foi o termino do primeiro período, longo e trabalhoso, as escolas estiveram a festejar aonde participou em alguns desses festejos, o que é importante sublinhar o trabalho das escolas.

Quanto à obra de requalificação da Escola de Caminha, disse o Senhor Presidente de Junta que se trata de uma situação muito antiga, estão ali presentes outros colegas que já fizeram parte dos órgãos de gestão, e sabem que desde a formação da escola, ela teve sempre algumas dificuldades e alguns problemas dada a sua tipologia, esta foi uma escola feita para funcionar o terceiro ciclo, e só no inicio dos anos 90 foi construído um pavilhão para abranger o ensino secundário, e mais tarde conseguiu-se que se fizesse uma



Assembleia Municipal de Caminha

biblioteca, porque a que existia era muito pequena, ou seja, esta foi uma escola feita como se estive a construir um lego, não foi uma escola feita de raiz, pensada para um ensino secundário moderno, logo, houve sempre problemas, e estas questões que ali foram colocadas, já eram colocadas quando ele era aluno, ou seja, eram questões colocadas há alguns anos. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que durante muito tempo foram falando com a tutela, e foram sempre explicando que aquela escola fruto do trabalho contínuo de zelo e de reparação estava em condições, e a tutela chamava à atenção que a escola não tinha graves problemas, não pode deixar de lembrar ali o percurso da professora Maria Esteves, que ao longo de tantos anos tem chamado atenção para as obras naquela escola. Disse ainda, que houve uma esperança quando foi realizado a reformulação do Plano do Parque Escolar, onde ficaram incluídos em quarto lugar desse Plano de Melhoria dos Parques Escolares, e pede desculpa, mas, até hesita quando se fica em quarto lugar e são eliminados desse plano, veio a Troika, entrou-se num período difícil, tinha-se um governo que entendia que isso não era uma prioridade, e, agora felizmente tem-se um novo entendimento e existem condições para se colocar em cima da mesa essa questão da escola, e foi isso que se fez. Fez-se uma candidatura, essa candidatura foi entregue a um arquiteto conhecedor da escola, o Professor Calvão, decorreu o prazo, foi para concurso e não apareceu nenhum concorrente, ou seja, ficou deserto o concurso, posteriormente, teve-se que reformular essa candidatura. Disse ainda o Senhor Presidente que após essa situação a Câmara Municipal, convocou para uma reunião a Junta, o Arquiteto para se pensar em uma nova reformulação da candidatura, foi realizada, e neste momento encontra-se nesta Assembleia para se dar o passo decisivo para ser lançada, e neste momento têm-se a consciência que estão reunidas as condições para se ter uma nova escola, trata-se de um problema antigo, mas, terá que se resolver, não se podem esquecer que a escola sempre teve bons resultados, sempre se pautou por um excelente qualidade de ensino. Refere ainda o Senhor Presidente da Junta à



Assembleia Municipal de Caminha

Senhora Professora que está convicto que as condições que se teve até agora, vão melhorar com uma nova escola, e ainda terá muito mais sucesso, porque é aquilo que todos querem para o Concelho.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse que o seu grupo não tinha conhecimento destas intervenções, pelo que, solicitava aos intervenientes para que lhes fizessem chegar as mesmas, para que, á posteriori lhes possam responder por escrito. Disse ainda o Senhor Deputado que em uma anterior Assembleia esteve lá uma Senhora que foi fazer uma intervenção sobre o glifosato e a sua aplicação em diversas artérias da Vila de Caminha e de Vila Praia de Âncora, a Câmara ficou de lhe dar uma resposta, numa Assembleia Municipal seguinte, o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro e ele, perguntaram à Câmara qual tinha sido a resposta que tinha dado a essa munícipe, ficou decido que lhes dariam conhecimento por escrito dessa resposta, porém, até á data ainda não recebeu nada, pelo que, fica ali a nota para que lhes façam chegar essa resposta.

2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegou à mesa um Voto de Pesar, apresentado por todas as forças políticas com assento naquela Assembleia, e também uma informação escrita da parte do Senhor Provedor do Município.

De seguida chamou a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Argela, Sandra Ranhada, para proceder à leitura do mesmo;

“Voto de Pesar:

João José Fernandes faleceu no pretérito dia 6 de outubro.



Assembleia Municipal de Caminha

O Sr. Fernandes, como era comum chamado, exercia à data do seu falecimento as funções de secretário executivo da Junta de Freguesia de Argela.

Aos 69 anos de idade dedicou grande parte da sua vida à comunidade Caminhense, sendo uma referência incontornável da Escola Sidónio Pais e um autarca de excelência, sempre pronto a servir o próximo e a ajudar no desenvolvimento da sua querida e tão estimada freguesia de Argela.

As pessoas são insubstituíveis na sua existência, e quando são especiais, além da falta que fazem àqueles que as amam, deixam o mundo mais pobre. Sem o nosso amigo, camarada e companheiro o concelho perdeu um pouco do seu brilho, alegria e cor.

Com elevada consternação apresentamos os mais sentidos pêsames à família enlutada e a todos os seus amigos.

Assim, a Assembleia Municipal de Caminha, reunida em sessão ordinária de 14 de dezembro de 2018 deliberou realizar um minuto de silêncio pelo falecimento de João José Fernandes.

Dê-se conhecimento do presente Voto de Pesar à sua amada esposa e filhos.

Os Deputados eleitos à Assembleia Municipal de Caminha”

De seguida fez-se um minuto de silêncio.

A **Senhora Segunda Secretária, Sónia Lajoso**, saudou todos os presentes e de seguida leu a informação apresentada do Senhor Provedor do Município;

“Exmo. Senhor,

Presidente da Assembleia Municipal de Caminha,

Apresento os meus cumprimentos a V.Exa., Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados da Assembleia Municipal.

O presente relatório envolve os processos chegados ao Provedor durante o ano de 2017, e todo o ano de 2018, até 09 de setembro, data da receção do último.



Assembleia Municipal de Caminha

Em 2017 foram recebidas 53 comunicações, sendo que 19 não tiveram resposta que passasse pelo Provedor.

Em 2018 foram enviadas 38, sendo que apenas 9 não foram do seu conhecimento.

Sobre o parágrafo anterior, depois de conversa com o Senhor Presidente da Câmara, é minha convicção, que pelo facto de os e-mails serem enviados na grande maioria, simultaneamente para o Provedor, Presidente da Câmara, serviços ou outros elementos do executivo, as respostas são dadas diretamente aos reclamantes. De outra forma haveria reclamações posteriores versando o mesmo tema, o que só excecionalmente acontece.

São interrogações e sugestões sobre manutenção de infraestruturas, opiniões sobre as mais diversas formas de atuações (e cada um gostaria que fosse à sua maneira), faturação de água, anomalias em drenagem de esgotos, ocupação da via pública, iluminação, ruídos em atividades festivas, estacionamento, etc.

Mas, as mais frequentes, prendem-se com falta de limpeza de terrenos e riscos acrescidos de incêndio.

A organização dos processos mantém-se como anteriormente informado: numerados por ordem de chegada e guardados em local próprio, encontrando-se a chave a cargo da mesma funcionária Anabela Monteiro, a quem estou grato pela grande disponibilidade na colaboração.

Fico à disposição de V.Exas., para eventuais esclarecimentos que entendam solicitar.

Aproveito para transmitir a todos os votos de Festas Felizes.

Caminha, 13 de dezembro de 2018.

O Provedor do Município,

Afonso Domingues”

**b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros
Assembleia**



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Antonio Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e aproveita para desejar Festas felizes e de seguida disse o seguinte;

“Sendo esta a última reunião de Assembleia do ano 2018, torna-se praticamente uma obrigação questionar o executivo Municipal sobre o PDM em Âncora, porque passou um ano e alguns meses, desde que foi assumido que a UOPG da Areia seria uma prioridade, perspetivando-se que o prazo de um ano, seria o tempo necessário para dar por concluído tal diploma, de interesse acrescido para a Freguesia e o Concelho.

Volvido todo este tempo importa perceber quais as causas que originam a estagnação do processo.

Confesso que para mim revela-se um pouco difícil perceber, se atendermos que no anterior mandato e em apenas três anos o executivo realizou a proeza de colocar em marcha um processo gigantesco ao nível do concelho com assinalável êxito.

Logo, qualquer exercício matemático nos faz supor que um ano para um simples estudo de pormenor será mais que suficiente para uma equipa que está organizada e talhada para a matéria.

Infelizmente tal não se verifica.

Quero fazer entender que é por demais importante que o processo assuma um ritmo de aceleração, até para retificar erros do anterior documento no que diz respeito à demarcação territorial em que o mesmo diverge grosseiramente na sua linha.



Assembleia Municipal de Caminha

Nomeadamente e entre outras a Nascente pelas coordenadas 41° 47' 16,76 Norte 8° 50' 10,64 Oeste e a Sul são detetados desajustamentos relativamente ao cruzamento entre as coordenadas levantadas nos marcos de divisão administrativa e os alinhamentos que a anterior carta de PDM assumia e que a atual mantém.

Sem nunca me passar pela memória fazer qualquer juízo de valor seja a que título for, tenho a exata noção de que V. Exa, Senhor Presidente de Câmara em exercício é um homem e um político de uma só palavra.

Aliás até diria com o devido respeito... um político diferente...

Logo eu próprio e todos os Ancorenses precisam de perceber os motivos desta paragem processual.

Urge perceber que a confirmação dos limites administrativos do concelho são algo de importância acrescida para eventualmente estarem mal representados nas cartografias e inclusivamente no PDM do concelho

Este é um processo que não pode parar, mesmo que financeiramente possa pesar no orçamento que hoje será discutido.

Entendemos que este processo não deve ser considerado uma despesa, mas sim, um investimento face às dinâmicas que promete vir a gerar no concelho o que obviamente trará receitas para o Município.

E é nessa linha de orientação adicionada a todas as outras razões que o compromisso assumido com Âncora não pode fraquejar.

Senhor presidente em exercício continuo a contar com a sua sagacidade para ultrapassar este assunto.

Poderia hoje aqui;

Tentar terminar a intervenção que efetuava sobre a constituição do consórcio municipal com a Águas do Norte.

Não vou fazê-lo.

No entanto quero deixar o alerta e o desagrado relativamente ao contínuo e despropositado comportamento de algumas empresas que realizam ou pretendem realizar obras na minha Freguesia, seja para o Município, seja de



Assembleia Municipal de Caminha

âmbito Público Nacional, elas não devem, não podem, não tem o direito de ultrapassar os interesses locais e muitas vezes impunemente adulterar obras existentes, lesando gravemente as localidades.

Estas empresas têm de estar sujeitas a mecanismos legais, concretos e objetivos, para que sejam obrigadas a assumir os seus erros e os danos resultantes do desenvolvimento de obras.

Perante a falta de legislação ou desatualização da mesma, face às diferentes infraestruturas que hoje temos necessidade de implantar...

Quero com devido respeito de Vs. Exas, exortar o Executivo Municipal a utilizar os meios jurídicos que dispõe, para elaborar uma proposta/projeto de Lei, a apresentar à Assembleia da República, que vise a defesa dos interesses das Freguesias, face aos projetos e atuação abusiva das empresas executantes e donos de obras públicas.

Para que seja possível coabitar e servir interesses comuns em detrimento de criar constrangimentos muitas vezes impeditivos das comunidades desenvolverem os seus próprios projetos acarretando por vezes custos financeiros às entidades locais.

Disse.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e solicitou ao Senhor Presidente da Mesa, que sempre que haja público a intervir em relação à sua freguesia que lhe fosse dado conhecimento para que possa levar uma resposta como aconteceu ali com o Senhor Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo.

De seguida leu o seguinte:

“Minhas Senhoras e meus Senhores, sejam Bem-Vindos a Vila Praia de Âncora.



Assembleia Municipal de Caminha

Este ano, o espírito Natalício está patente na nossa Vila, hoje podemos ver as nossas principais ruas iluminadas com a tradicional iluminação de Natal, assim como as entradas para a Vila e a Praça da República com o habitual presépio. Este clima que se vive é muito importante para movimentar o nosso comércio local, a nossa hotelaria e a nossa restauração. Este tipo de atratividade é uma das principais formas de chamar visitantes e concretizar o turismo na nossa Freguesia que vem crescendo nestes últimos anos.

Quero ressaltar a parceria entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e os comerciantes que propulsionou esta iniciativa.

Hoje vemos com muito reconhecimento o atual executivo da Câmara Municipal de Caminha cumprir a promessa da Reabilitação da zona da Vista Alegre e da Sandia, sem dúvida uma das mais importantes obras que estão a ser executadas, nestes últimos anos, em Vila Praia de Âncora.

No âmbito desta requalificação, sugiro ao Gabinete das obras públicas da Câmara que sejam colocadas passadeira sobrelevadas na rua 5 de Outubro e na rua de Gontinhães, assim como lombas para permitir a redução da velocidade das viaturas que circulam em altas velocidades.

Fica aqui também o nosso reconhecimento pela obra que recentemente foi realizada na rua Jacob Afonso Martins Pinheiro, e parte da rua de Bulhente, uma pretensão antiga de todos os moradores dessas artérias.

Mas, como estamos numa Quadra em que a maioria das pessoas só pensa em prendas, gostaria de lembrar ao executivo da Câmara Municipal das promessas feitas a todos os Ancorenses, falo da passagem sobre a linha de água da rua de Vales, da sede para o Etnográfico, da antiga Escola de Vilarinho, a ser reabilitada até ao fim do ano para a criação de um Centro de Apoio Ocupacional para crianças em risco e portadoras de deficiências, falo da Loja do Cidadão no Centro Coordenador de Transportes em Vila Praia de Âncora, dito pelo Sr. Presidente Dr. Miguel Alves, que seria a primeira no Alto Minho.



Assembleia Municipal de Caminha

E como hoje estamos em Vila Praia de Âncora, aproveito também para deixar um alerta sobre as condições em que se encontram muitas ruas, com o piso betuminoso gasto, originando inúmeros buracos que são um pesadelo para os automobilistas, principalmente nos dias de chuva, verificando-se que são constantemente tapados, mas rapidamente reabrem.

Falo da Rua 5 de Outubro, Rua 31 de Janeiro, Rua de Gontinhães sul, zona envolvente ao Mercado Municipal, Avenida 8 de Junho, antiga EN13 junto à ponte da Cruz Velha, Rua Sulpício Rocha, não esquecendo a cedência dos pisos da Rua Miguel Bombarda, Rua Pedro Homem de Melo e Rua 5 de Outubro, estes assuntos foram reportados pela Junta de Freguesia, através de ofícios, à Câmara Municipal, onde demos a conhecer as causas dessas cedências e os seus responsáveis.

Passando agora a um tema que foi mencionado pela Junta de Freguesia na sessão pública de esclarecimento sobre o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha Espinho, realizada pela Agência Portuguesa do Ambiente, através do seu departamento regional Administração da Região gráfica do Norte (APA/ARH do Norte) no passado dia 16 de novembro no Casino de Afife, que contou com a presença do Sr. Vice-Presidente da APA, Eng.º Pimenta Machado, da Diretora Regional da ARH do Norte, Dr.ª Inês Andrade, do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dr. Guilherme Lagido e do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo. O tema principal dessa sessão foi a apresentação da proposta do POC-CE, focado essencialmente na proteção da nossa defesa costeira e a proteção de pessoas e bens.

Uma das questões que apresentamos na sessão, foi se a APA/ARH do Norte, tinha feito um estudo ou algum projeto para proteção da zona das Camboas, visto que não existe nenhum paredão para proteção de fortes intempéries e do avanço do mar que cada vez será mais frequente devido às mudanças climáticas que estão a acontecer em todo o mundo.



Assembleia Municipal de Caminha

A resposta a esta pergunta foi uma trapalhada total, acabando por transmitirem que não havia nenhum estudo e que também não estava prevista nenhuma intervenção para a zona das Camboas. Ou seja, na sequência da Alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira, entre Caminha- Espinho, as Camboas e toda a sua envolvente, estão dentro das novas zonas (faixas) de salvaguarda ou proteção, que poderá inviabilizar a execução da UOPG 12 das Camboas (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão), inserida nesta última revisão do PDM do nosso Concelho. Esta UOPG 12 Camboas, tem como objetivo requalificar a área abrangida, potenciando uma dinâmica económica geradora de emprego, com a instalação de um empreendimento Turístico, atraindo o turismo de natureza, inserindo áreas de lazer complementares e de apoio ao turismo sol/mar.

Trocando isto por miúdos, as Camboas passam a zona de proteção complementar, mas sem proteção, e fica em risco de ver inviabilizada qualquer tipo de intervenção naquele local, incluindo até um simples parque de estacionamento.

Permitam-me fazer um convite a todos os presentes e a todos os Ancorenses, a irem à Praia Norte, a Viana do Castelo, e verem o investimento que a Polis Litoral Norte recentemente fez na requalificação daquela zona, gastando mais de 2,5 milhões de euros. As obras incluíram o reforço do paredão, criação de novas valências de lazer, parque infantil, parques de estacionamento, bares e restaurantes.

Agora eu pergunto, quais foram os critérios atribuídos? Nas camboas nem um simples paredão está previsto para proteção da Ecovia e da Av. do Campo do Castelo, sendo a cota do nível da terra ao mar mais baixa do que na Praia Norte, mas o mais preocupante é que pode ser inviabilizado qualquer tipo de investimento num dos locais onde estava previsto que seria criada a segunda maior fonte de cativação de turismo em Vila Praia de Âncora.



Assembleia Municipal de Caminha

Sr. Vice-Presidente, Dr. Guilherme Lagido, a Junta de Freguesia gostaria de saber se a Câmara está a tomar alguma providência para contrariar esta pretensão da APA/ARH do Norte.

Minhas Senhoras e meus Senhores, para terminar quero deixar aqui os meus votos de um Santo Natal, que seja festejado em paz e harmonia e o Ano Novo que seja recebido com muita alegria.

Muito obrigado.”

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que na medida do possível, e sempre que se tenha conhecimento antecipado das intervenções relativamente a Vila Praia de Âncora e a todas as outras Juntas de Freguesia, fará chegar essa pretensão, a qual é pertinente, contudo, muitas das vezes só no limite do prazo é que o público solicita a sua pretensão, ou seja, antes 24 horas e nem sempre é possível fazer chegar às Juntas essa pretensão.

Disse ainda o Senhor Presidente da Mesa que chegou à mesa um pedido de aditamento à ordem de trabalhos, pelo que, solicita aos Senhores Deputados para lerem este aditamento, isto ao abrigo do n.º 2, alínea d), do art.º17, do Regimento, onde refere que é possível propor alteração ou aditamento à ordem de trabalhos, e nesse momento irá perguntar aos Senhores Deputados se se opõe ou não a esta nova proposta.

O **Senhor Deputado Pedro Casal**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Em 21 de novembro foi aprovado em Reunião de Câmara o lançamento do segundo concurso para "Requalificação e Ampliação da Escola Sidónio Pais de Caminha".

Sobre esta desejada obra pretendemos fazer uma síntese de modo a esclarecer todos os Caminhenses.



Assembleia Municipal de Caminha

A legislação que permite as candidaturas a fundos europeus foi publicada em meados de 2016 e desde essa data que os representantes do PSD nos órgãos autárquicos sempre manifestaram o seu apoio à urgente execução do projeto de requalificação da escola.

O Executivo PS demorou 2 anos a apresentar o projeto, quando a esta data outros municípios já têm obras terminadas ou em fase final de execução. Este primeiro projeto foi aprovado e lançado a concurso em maio de 2018. Recordamos que este concurso ficou deserto, que nenhuma empresa, embora diversas tenham analisado o projeto, se dispôs a apresentar proposta de execução da obra.

O Executivo liderado pelo Dr. Miguel Alves apresentou em 21 de novembro passado um segundo projeto a concurso. A 21 de novembro, a escassos dias do final do prazo de candidatura a fundos comunitários.

Este novo projeto diminui substancialmente o espaço a intervir, reduz o nível de qualidade dos materiais a utilizar e aumenta de 2,7 milhões para 3,5 milhões de euros + iva a estimativa orçamental.

São mais 800 mil euros, um aumento de 30% do custo da obra.

Estes dados não alteram o nosso apoio à requalificação da escola, antes nos fazem questionar o rigor utilizado na execução destes projetos, o rigor na execução das estimativas orçamentais.

Afinal qual das estimativas orçamentais foi mal executada, a primeira por defeito ou a segunda por excesso?

Pelo que nos é possível perceber através do desinteresse de todas as empresas, o primeiro concurso e a respetiva estimativa orçamental foram mal executados. Ou seja, perderam-se mais alguns meses.

O tardio lançamento do atual concurso e candidatura levarão, no caso de novo insucesso, a que responsabilizemos o Executivo pela não execução desta importante obra para o nosso Concelho.

Aguardamos com expectativa que a obra seja lançada e que Caminha e os seus jovens tenham a escola que merecem.”



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Simaura Fonseca**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e deu início à sua intervenção;

“No passado dia 28 de setembro trouxe como tema esta Assembleia Municipal o Orçamento Participativo.

Hoje dia 14 de dezembro o assunto será o mesmo, mas prometo que serei um pouco mais breve. Após analisar o documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019, mas principalmente após análise do Plano Plurianual de Investimentos, constato que no que toca à execução dos projetos do Orçamento Participativo a sua evolução não será muita, desviando-se assim um pouco daquilo que o Senhor Presidente referiu na última Assembleia Municipal.

Isto porque:

- Continuaremos a ver o projeto de Adaptação do Centro Cultural de Gondar para Unidade de Apoio Domiciliário a não ser executado em 2019, sendo arrastado mais uma vez para o ano seguinte.
- As freguesias de Argas e Dem vão continuar à espera da rede Wi-Fi, pois segundo o Plano Plurianual de Investimentos, e ao contrário do que o Sr. Presidente disse, este projeto ainda não se encontra em fase de conclusão nem pouco mais ou menos. Ao que eu pergunto, a Vodafone e a EDP vão precisar de mais um ano para concluir as ligações? Ou os motivos do atraso são outros? Esclareça-nos, por favor, Sr. Presidente, em exercício" porque já deixa dúvidas o motivo ser realmente esse.
- O projeto de Recuperação do Espaço Envolvente do Dólmen da Barrosa, que segundo o que consta já se encontra concluído, aparece-nos novamente no Plano Plurianual, mas não contém essa mesma informação. Aliás nem indica nada de nada na coluna "fase de execução". Estará este plano com erros?



Assembleia Municipal de Caminha

Será mentira que já está concluído? Mais uma vez peço, por favor, o seu esclarecimento Sr. Presidente em exercício.

- Projetos como Requalificação do Monte do Calvário, Beneficiação do Caminho da Aldeia, Construção do Parque Infantil em Vilar de Mouros e a Beneficiação do Jardim de Infância de Âncora, também conseguimos logo prever que não serão obras a ser cumpridas no próximo ano, pois não é com os montantes referidos no plano que estas obras serão realizadas. E aqui eu ainda tenho uma pequena coisa a acrescentar que é: a mentira tem perna curta, visto que afinal o motivo de não execução do projeto de Beneficiação do Jardim de Infância de Âncora não é só a falta de um período de férias 41.- na última grandes, como o Sr. Presidente Miguel Alves disse na ultima Assembleia Municipal, visto que esse período existirá em 2019, o problema é que não há dinheiro para fazer a obra.

No entanto no meio de tanta má notícia parece termos duas boas, ou pelo menos eu assim espero.

Segundo o Plano Plurianual de Investimentos quer o projeto de Aquisição dos Meios de Combate aos incêndios para a Serra D'Arga, quer o Programa de Esterilização Animal vão acontecer em 2019. Pelo menos é nesse caminho que nos aponta o Plano e o que nos resta é esperar para ver se realmente vai ou não ser feito.

Contudo alerto-o para o seguinte 2019 está aí à porta e um ano passa rápido, por isso é bom que o Sr. Presidente Miguel Alves e o seu executivo cumpram com estes dois projetos, pois se assim não for daqui por um ano estarei aqui novamente a mostrar a todos os munícipes o homem de pouca palavra que é o Sr. Presidente e o seu executivo e comprovar mais uma vez que o Orçamento Participativo nada mais foi, e com muita pena minha, do que uma demagogia política para entreter os Caminhenses.

Disse.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, faz interpelação à mesa, e disse quando mencionou o Senhor Presidente da Mesa em introduzir mais um ponto à ordem de trabalhos, relembra o art.º18 o qual refere “A discussão e votação de propostas não constantes da ordem do dia das reuniões ordinárias depende de deliberação tomada por, pelo menos dois terços dos membros presentes, que reconheça a urgência da deliberação sobre o assunto”, sobre tal facto deve haver uma votação, não basta apenas perguntar.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que essa votação será realizada no seu momento próprio, e aí, a Assembleia se irá pronunciar, se aceita ou não a introdução da nova proposta.

O **Senhor Deputado Gaspar Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Antes de mais gostaria de vos dar a todos as boas vindas a Vila Praia de Âncora, e ao Centro Cultural de Vila Praia de Âncora, é sempre com gosto e honra que vos recebemos nesta maravilhosa localidade do Concelho de Caminha.

A minha intervenção de hoje prende-se com um conjunto de obras que este executivo tem atualmente a decorrer ou que estão prestes a ser lançadas.

Não poderia deixar de dar destaque à intervenção na Zona da Sandia em Vila Praia de Âncora, uma intervenção orçada em 991.962,05€ + IVA e que abrange os seguintes arruamentos:

- Rua Luis de Camões;
- Rua da Sandia;
- Rua António Aleixo;
- Rua da Vista Alegre (desde o topo Norte até ao entroncamento com a Rua António Aleixo);



Assembleia Municipal de Caminha

- Rua Eça de Queirós;
- Rua de Gontinhães (desde o topo Norte até ao entroncamento com a Travessa 5 de Outubro);
- Rua Júlio Dinis (desde o entroncamento com a Rua da Vista Alegre até ao entroncamento com Rua Eça de Queirós).

Serão contempladas redes hidráulicas de Águas Pluviais nas Ruas: Luis de Camões, Sandia, António Aleixo e Gontinhães. Prevê-se a reformulação das redes de drenagem de Águas Residuais Domésticas nas Ruas Luis de Camões, António Aleixo e Vista Alegre.

Prevê-se ainda a construção da passagem pedonal e ciclável erguida sobre a EN 13, para ligar a Rua 25 de Abril e a Póvoa ao centro da vila, através da Rua Luís de Camões.

Mas também gostaria de deixar uma nota sobre a intervenção na Rua Jacob Afonso Martins Pinheiro, no valor de 125.440,20€ + IVA, nesta obra a Câmara Municipal de Caminha, no âmbito das suas competências e atribuições, incluiu no Orçamento Municipal uma rubrica para a realização da empreitada de requalificação da referida rua, em Vila Praia de Âncora.

A obra que se realizou foi um anseio da população da freguesia de Vila Praia de Âncora, há já longos anos.

Esta empreitada resolveu problemas de escoamento de águas pluviais que eram um tormento para os moradores e pavimentou toda a sua extensão.

Mas este executivo não está só a fazer obra em Vila Praia de Âncora, entre outras, gostava de dar destaque também ao Saneamento em Vilar de Mouros, uma intervenção que visa dotar o território desta freguesia de saneamento básico, melhorando assim a qualidade de vida das populações e, bem assim, um melhor meio ambiente. Estamos a falar num investimento de 747.601,01€ + IVA. Mas também em Argela num investimento de 689.040,39 + iva;

Em Caminha, a Câmara Municipal de Caminha em parceria com a Junta de Freguesia de Caminha (Matriz) e Vilarelho, está a realizar a empreitada de Requalificação da Zona Sul da Rua D.^a Urraca na freguesia de Vilarelho. Esta



Assembleia Municipal de Caminha

foi uma obra desejada por uma larga maioria dos habitantes da União de Freguesias de Caminha e de Vilarelho, em especial pelos moradores da zona envolvente da Rua D.^a Urraca, tendo surgido o seu primeiro projeto no âmbito do Orçamento Participativo do Município de Caminha, sendo uma aspiração de há longos anos. A obra em causa custará 19.913,32€ + IVA;

Mas também no Centro Histórico de Caminha e na Rua São João pretende-se realizar uma intervenção, criando melhores condições de acessibilidade e melhoramentos arquitetónicos num investimento de 688.424,53€ + IVA;

Em Moledo podemos dar nota da requalificação do topo sul do Paredão que visa dignificar e tornar mais apelativa a praia, criando condições para desfrute e lazer, um investimento de 130.904,06€ + IVA;

Termino esta minha intervenção com a Escola Sidónio Pais, este será um dos processos mais importantes que este executivo tem em mãos. A requalificação e ampliação desta escola.

Estamos a falar num investimento global de 3.500.000,00€ + IVA que visa dotar o equipamento de melhores condições térmicas e acústicas, retirada de amianto e ampliação do espaço escolar.

Esta obra é desejada há décadas e foi o executivo de Miguel Alves e o Governo do PS que fez com que este desejo se pudesse tornar uma realidade.

Muitos criticam e são cétricos quanto á execução da obra, mas tenho a certeza que este executivo está fortemente empenhado em resolver o que outros deixaram passar e que nunca executaram.

Disse.”

O **Senhor Deputado Mário Molinos**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse que uma das coisas que o CDU contesta é o atraso da obra relativamente ao mercado municipal. Neste momento a entrada turística de Caminha está uma ruína, e existe do ponto de



Assembleia Municipal de Caminha

vista deles perigo para quem lá trabalha e para as pessoas que frequentam o mercado inclusivamente a contaminação dos alimentos que lá estão. Este processo não se pode prolongar por mais tempo, é uma vergonha, já foram feitas várias promessas, vários estudos, vários projetos, mas nada se concretiza. Primeiro, porque qualquer pessoa que entre em Caminha por aquele lado depara com aquele panorama, segundo, porque efetivamente as pessoas que lá trabalham, e já lá trabalham há muitos anos, estão sujeitas aos problemas do amianto, como ali já se falou relativamente à Escola de Caminha, e lá é precisamente a mesma coisa. Aliás, ele tem opiniões que lhe foram veiculadas por alguns arquitetos e engenheiros que trabalham na Câmara do Porto disseram-lhe que aquilo seria proibido em qualquer sítio, ao estar a funcionar nas condições em que está. Portanto, todos têm de ter consciência que as coisas têm um período, mas não podem ser proteladas muito mais sob pena de se estar a praticar atos que mais tarde todos se vão arrepender, e das quais são responsáveis.

Outro assunto que o Senhor Deputado quer salientar são as obras que vão decorrer na Rua de São João, pois tratam-se de intervenções que estão previstas e que são caras, perguntaram-lhe se a rua iria ser tornada pedonal e impedido o trânsito automóvel naquela artéria. Porém, do seu ponto de vista, só durante o mês de agosto e na última quinzena de julho é que poderia haver algum entupimento de trânsito, mas, face àquilo que é conhecido nas cidades do país, não é nada para quem está de férias, contudo, durante o resto do ano não faz sentido nenhum que os carros sejam impedidos de lá passar, uma vez que o movimento é tão pouco. Refere ainda o Senhor Deputado que gastar lá muito dinheiro a tentar fazer com que a rua seja só pedonal e mais tarde se venham a arrepender, porque, não está previsto a possibilidade de abrir a rua a trânsito normal para quem cá reside todo o ano, ou seja, aquilo que existe é perfeitamente possível, não só estacionar como utilizar a rua e o trânsito nunca está encravado, porém, antes estivesse porque se diria que vivia cá mais gente e existia mais desenvolvimento, coisa que não é verdade, e aquilo que



Assembleia Municipal de Caminha

realmente se nota é um decréscimo desse mesmo movimento, não só para o comércio, como para a convivência social.

Outro assunto que o Senhor Deputado quer ali salientar é a degradação das vias, tanto em Âncora como em Caminha, ou seja, tanto para o Vale do Âncora como para o Vale do Coura, a degradação de muitas das vias de comunicação quer através da degradação natural por causa de raízes de árvores que se infiltram, que levantam o pavimento, fazem buracos. Porém, as empresas que, de uma forma um bocado leviana, levantam o pavimento para meter as infraestruturas que são necessárias e depois compõem de qualquer maneira e quem lá mora que se amane, ou seja, deveria de haver por parte da Câmara uma fiscalização para responsabilizar as empresas às quais são adjudicadas as obras ou que são licenciadas, porque, nunca deixam as ruas como elas estavam, e quem lá mora anda sempre aos saltos. Principalmente em Âncora os pavimentos estão realmente de tal maneira degradados que os moradores de lá se saírem com mais pressa para o seu trabalho arriscam-se a ficar com as viaturas todas danificadas, tem de andar a fazer gincana.

Outro assunto que o Senhor Deputado quer ali salientar é a degradação da Escola de Vilarinho, ou seja, enquanto não se dá um destino, dever-se-ia sustentar a degradação, porque, mais tarde vai ser muito pior o tipo de intervenção que lá terá que ser feita.

A **Senhora Deputada Marlene Silva**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Na Assembleia Municipal de 27 de abril de 2018 foi aprovada a celebração de um Contrato de Comodato entre o Município de Caminha e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental de Viana do Castelo, a APPACDM, com o objetivo de ceder as Instalações da Antiga Escola Primária de Vilarinho.



Assembleia Municipal de Caminha

Na clausula segunda do contrato, pode ler-se que as instalações serão cedidas para que a APPACDM possa criar um Centro de Atividades Ocupacionais (C.A.O.), "(...)emergindo assim um novo equipamento de que o concelho carece, como resposta de apoio a pessoas com deficiência intelectual e incapacidade(...)".

Transcorridos cerca de oito meses, temos uma resposta social, que existia no nosso concelho de Caminha há 18 anos, o Centro de Acolhimento Temporário Benjamim em Seixas encerrada e não emergiu nas instalações cedidas, na Antiga Escola Primária de Vilarinho, uma nova resposta social que, tal como refere no texto do contrato, o concelho carece.

Neste momento, nem Centro de Acolhimento Temporário, nem Centro de Atividades Ocupacionais.

Pergunto:

O Centro de Atividades Ocupacionais passará de uma mera promessa e será realmente implementada no nosso concelho?

Se sim, para quando?

Disse."

O Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, disse que a sua intervenção é semelhança a que fez o seu colega Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora destacando o espírito de Natal. Destacando que as duas Vilas estão muito bonitas, com umas luzes que ficaram muito bem, com o esforço dos comerciantes de Caminha e também com a vénia do Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora e com a Câmara Municipal unindo esforços entendendo aquilo que é essencial para a nossa economia. É que, todos temos que trabalhar para a atividade do nosso Concelho, pelo que, não deixa de sublinhar este importante acontecimento, e também dizer que não é novo, não é deste ano e espera que continue por muito tempo, e já outros Concelhos estão a seguir claramente este exemplo, porque a iniciativa de investimento não pode ser só uma iniciativa pública



Assembleia Municipal de Caminha

também tem que ter uma comparticipação privada, e isso é a economia do futuro, como toda a gente o poderá entender.

Disse ainda o Senhor Presidente da Junta que gostava ali de salientar algo que diz muito a todos. No dia 11 de novembro comemorou-se os 100 anos do Armistício da Grande Guerra. Comemorou-se por todo o lado e comemorou-se muito na Europa, uma guerra forte, cruel, uma guerra que foi a primeira guerra moderna em termos de armamento, mas, com táticas militares claramente do passado, que provocou uma grande mortalidade. No Concelho de Caminha também se comemorou o fim desta guerra, e comemorou-se através de um conjunto de iniciativas muito válidas, com foram exposições, que ainda estão patentes e convida a visita-las, pois são muito interessantes; conferências, tanto de âmbito local como, por exemplo, a questão da vedeta do norte neste período, uma loja maçónica de Vale do Âncora que destaca as suas raízes republicanas que ali saúda, também conferências sobre pneumónica, outros acontecimentos desse período que não foram tão visíveis como a guerra, mas que provocou muitos mortos; conferências de carácter nacional e também a participação dos soldados de Caminha, do Concelho de Caminha na grande guerra. Trabalhos escolares, sessões de cinema, enfim... um conjunto lato de iniciativas, que teve o seu ponto mais alto na homenagem aos mortos desta guerra, que foi feita em Caminha, num largo que se chamava Largo do Posto de Turismo e passou, por iniciativa da Junta de Freguesia, a chamar-se Largo dos Combatentes e agradecer ali à Câmara Municipal ter acolhido esta ideia da Junta que tem como propósito honrar aquele espaço com um topónimo que fizesse mais justiça ao seu carácter histórico, considerando Caminha como uma terra de fronteira e combate. Considerando ali todos os acontecimentos da guerra, os combatentes, as suas famílias e lembrando a todos como referiu naquela ocasião que para se alcançar a liberdade, para se alcançar muitas vezes a felicidade, a paz, tem que haver quem se sacrifique e, portanto é bom lembrar esses homens que lutaram nessa guerra que lhes dizia tão pouco e que saíram das suas casas, deste Concelho como de muitos Concelhos, é bom



Assembleia Municipal de Caminha

prestar essa homenagem, é justo prestar essa homenagem, e agradece e cumprimenta a Câmara Municipal por essa iniciativa, mas também obviamente todos os outros parceiros, o Agrupamento de Escolas, as Juntas de Freguesia, porque, cada Presidente teve ali um papel interessante nessa celebração em que se pode dizer o números dos homens que participaram nessa guerra junto dos seus familiares e representando o povo das suas freguesias, que foi um marco importante. Mas, também quer ali destacar, nesta Assembleia, porque, é o local certo para destacar essa pessoa o professor e historiador Paulo Bento, mentor desta iniciativa e que tem feito um trabalho extraordinário em prol do conhecimento da nossa história local. É uma pessoa que veio morar para o nosso Concelho, que gosta do nosso Concelho e todos nós gostamos que ele esteja cá e, por isso, quer ali lembrar, e dizer ao professor Paulo Bento que apreciam muito o seu trabalho, que tem contribuído muito para engrandecer todos, e também dotar as nossas novas gerações de um conhecimento mais profundo sobre a história da sua terra.

Para terminar disse o Senhor Presidente da Junta que se cumpriu com aquilo que é o dever de todos honrar quem se sacrificou por todos, cumpriu-se com aquilo que tem de ser feito numa democracia. É que numa democracia debate-se tudo, até aquilo que muitas vezes não concordamos e isso é o que distingue uma democracia de uma ditadura, é desse debate, é desse conhecimento, é ao saber aquilo que aconteceu no passado que se pode compreender o que acontece atualmente e projetar o futuro, mas principalmente não cometer os erros que foram cometidos no passado. Isso é aquilo que nos ensina a história e é aquilo que ele quer ali sublinhar.

Bom Natal a todos, um Bom Ano 2019!

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;



Assembleia Municipal de Caminha

“Esta será, de certeza absoluta, a intervenção que eu nunca desejaria ter escrito e podem crer que não tenho prazer algum em estar aqui hoje a denunciar esta situação.

Mas o meu dever como Deputado Municipal assim o exige.

Desde há 5 anos, desde o momento em que o candidato Miguel Alves foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Caminha, desde essa altura e em todas as Assembleias Municipais, denunciámos a situação do Concelho de Caminha estar entregue a uma pessoa, e a uma equipe, que apresentava um discurso carregado de demagogia política - aquilo que eu sempre chamei de Narrativa Socialista - que muito prometia, que pouco ou nada realizava. Um discurso em que todos os falhanços, todos os entraves, todas as dificuldades eram culpa do Executivo PSD do passado. Ainda hoje, o que nada fizeram ao longo destes 5 anos, tudo foi por culpa do PSD passado.

Hoje estamos chegados a um dia negro que ficará na história do Concelho de Caminha.

É o dia em o Presidente Miguel Alves e a sua equipe, anunciam nesta Assembleia Municipal, a bancarrota da Câmara Municipal de Caminha.

Meus Senhores.

A Câmara Municipal de Caminha está falida!

O Sr. Presidente usou o chavão, que sabia que politicamente entrava no ouvido das pessoas, de que não havia dinheiro para um prego, apesar de ter mais de 2,5 milhões de euros a prazo.

E sabe, a sua demagogia entrou no ouvido das pessoas, de facto, mas agora a sua incompetência de gestão irá entrar-lhes nos bolsos adentro ao subir a água, o IMI e o IRS para os valores mais altos, nunca antes praticados neste concelho.

Esse discurso demagógico tinha como único objetivo a conquista do Partido Socialista da Câmara de Caminha.

O que interessava, meus Senhores, é que a Câmara Municipal de Caminha fosse ganha pelo Partido Socialista, passando por cima de todos, por cima da



Assembleia Municipal de Caminha

verdade, da honestidade política, do respeito democrático pelo trabalho do passado, como uns verdadeiros tratores.

Não interessavam os meios, o que importava era ganhar!

Sem qualquer estudo de impacto financeiro, e fazendo ouvidos moucos, o vereador das finanças da altura, o Presidente Dr. Miguel Alves decidiu descer os impostos. E ao descer impostos ficou sem receita. E sem receita, e depois de já ter gasto o dinheiro que havia em caixa, a dívida começou a crescer.

A crescer todos os dias, todos os meses, todos os anos.

Hoje temos uma dívida a curto prazo superior a 6 milhões de Euros.

Um vergonhoso recorde a nível concelhio e nacional.

Um prazo médio de pagamento a fornecedores superiores a 270 dias!

Nove meses!

Uma vergonha! Um escândalo!

Uma dívida a médio/longo prazo que estimamos seja cerca de 30 milhões de Euros.

Constatamos a célebre frase de que realmente o socialismo só dura enquanto houver dinheiro. Vivemos em Caminha uma situação comparável à má gestão socialista que nos levou, num passado recente, a uma crise financeira nacional com repercussões duras, e que os portugueses jamais esquecerão.

Estamos, em Caminha, com o mesmo discurso demagógico e uma gestão financeira autárquica que roça uma incompetência completa.

Já não há dinheiro para nada!

No dia Mundial da Criança, já não houve dinheiro para realizar a Assembleia Municipal Extraordinária dedicada à criança, nem para realizar a Caminha Doce, nem outros eventos.

O Concelho de Caminha parou.

O Presidente Miguel Alves destruiu o comércio de Vila Praia de Âncora quando permitiu a construção do Continente dentro da malha urbana de V. P. de Âncora e quando contribuiu para o encerramento da Ancorensis Cooperativa de Ensino.



Assembleia Municipal de Caminha

Não contribui para o crescimento do comércio da Caminha ao não permitir que a nova marginal fosse já uma realidade e não tem uma linha de desenvolvimento empresarial do concelho ao não assumir a construção da ligação viária internacional entre Caminha e A Guarda.

Não fomenta a criação de emprego no Concelho de Caminha ao não dinamizar as nossas áreas industriais. Baseia as suas estatísticas sobre o emprego na sazonalidade, mas a verdade é que as pessoas precisam de trabalhar o ano inteiro e não só no verão.

Nem um único Euro gasto na promoção de desenvolvimento empresarial e captação de investidores nos últimos 5 anos.

Por isso assistimos à debandada da indústria para os Concelhos vizinhos.

Eles crescem, e nós, que até temos farol, ficamos a vê-los a passar ao largo da costa!

Estamos no fundo, com uma âncora pesada presa aos nossos pés, colocada pela gestão do atual executivo e fruto de demagogia política e incompetência financeira autárquica.

E agora? Perguntam os que me ouvem.

O Dr. Miguel Alves decidiu e impôs com a sua maioria o seguinte:

Subir os impostos ao máximo, subir o preço da água ao máximo, recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, - quer dizer recorrer à Troika Municipal - e depois, estudará a narrativa para conseguir culpar o PSD da causa disto tudo.

É isto que o nosso Presidente sabe fazer.

Não faz nada, e culpa ou outros da sua incompetência de gestão financeira autárquica.

O seu curriculum autárquico à frente da autarquia de Caminha está e ficará manchado pela bancarrota que o Sr. Presidente Miguel Alves nos brindou neste Natal de 2018.

Lisboa pode pensar que o candidato Miguel Alves "é uma máquina" a ganhar eleições, mas nós pensamos que é um verdadeiro trator a arruinar-nos, sem dó nem piedade!



Assembleia Municipal de Caminha

Já uma vez lhe disse, em plena Assembleia Municipal, que o Sr. Presidente Miguel Alves ficaria lembrado como o pior Presidente da Câmara, que Caminha já teve desde o 25 de Abril de 1974.

Agora, é que pode mesmo ter a certeza que ficará lembrado como o pior Presidente da Câmara que Caminha já teve.

Para se gerir eficazmente uma câmara não basta distribuir sorrisos, presenças em todos os eventos e fotografias dignas de capas de revista, divulgadas pelo seu gabinete de comunicação e imagem, pagos a peso de ouro. Para se gerir uma câmara é preciso competência, objetividade e planeamento, porque não é o seu futuro político que está em causa, mas sim o futuro de todos os caminhenses.

Meu caro Presidente, não me preocupa que o seu futuro político esteja comprometido, com a imagem de má gestão que assume hoje, preocupa-me sim, o futuro de todos nós e a sustentabilidade do município.

Se vai para a Europa após as Eleições Europeias, para o Governo após as Eleições Legislativas, ou candidatar-se à Câmara Municipal de Viana do Castelo nas próximas Eleições Autárquicas, não nos interessa, porque por aqui, não tem mais nada a fazer, já arruinou o que tinha para arruinar.

Só me preocupa que, enquanto cidadão, que não pretendo sair do meu concelho, terei que acarretar com as consequências diretas da sua má gestão.

Disse.”

Disse ainda o Senhor Deputado Rui Taxa, que lamenta que o Senhor Presidente Miguel Alves não esteja ali hoje na Assembleia, porque, se trata de uma Assembleia importante, não só na vida autárquica, como na sua vida como Presidente da Câmara. É nesta Assembleia através do orçamento que será discutido e votada, que se fica a saber que se está completamente falidos, o Senhor Presidente devia hoje estar ali, a defender a sua política destes últimos 5 anos, a defender o seu orçamento e a sua subida de impostos, quando prometeu mais e melhor, pelo que, lamenta que não esteja presente.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Deputado, que todos sabem que está com licença de paternidade, onde o saúda e lhe dá os parabéns pelo nascimento do seu filho, desejando-lhe as maiores felicidades, muito boa sorte para o Francisco que nasceu no dia 21 de novembro, dia do aniversário do Senhor Deputado, um escorpião, possivelmente um benfiquista, e que o seu anjo da guarda o acompanhe ao longo da sua vida, e que caminhe sempre pelos bons caminhos. No entanto o Senhor Presidente como interrompeu a sua licença de paternidade para participar na São Silvestre de Caminha, também, podia hoje ter interrompido a sua licença de paternidade para dar o prazer de hoje estar ali com todos nesta Assembleia Municipal, não teria feito mais que a sua obrigação e dever. Disse também o Senhor Deputado que já ali esteve com febre a defender o seu partido, apenas faltou a uma, em 20 anos de Deputado Municipal, porque teve que ser operado a um problema ocular como todos sabem; Júlia Paula nunca faltou a uma Assembleia Municipal. Volta a afirmar o Senhor Deputado que o Senhor Presidente devia estar ali nesta Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e julgava que os arautos da desgraça já teriam passado, contudo, lembra o Senhor Deputado Rui Taxa que estão ali num coletivo e não individualmente, e é isso o Partido Socialista. E o socialismo não é para todos, por isso quando falam no socialismo trás algum ódio e não se percebe porquê, uma vez que se está em democracia, porém, respeita as suas opiniões.

Disse ainda o Senhor Deputado que está à vista de todos a obra que se tem realizado pelo Concelho, e mesmo há pouco se viu ali Presidentes da Junta e Deputados a salientarem as grandes obras que estão a ser realizadas pelo



Assembleia Municipal de Caminha

Concelho, porém, se vão existir subidas de impostos, todos já perceberam que o PSD já o pretendia desde o início do mandato.

Salienta também o Senhor Deputado que dentro da dinâmica que este executivo os tem habituado, não pode deixar de lhes dar os parabéns, e também aos serviços da Câmara Municipal, principalmente ao serviço da Cultura, porque, se tem tido uma parte cultural com qualidade vem ai o Natal e vai-se ter vários concertos por todo Concelho, da parte da Universidade Sénior e do Orfeão de Vila Praia de Âncora, como o Tradicional Mercado de Natal, a Rota das Rabanadas e não se podem esquecer que Caminha é onde o Norte passa o Ano, logo, convida todos a estarem presentes nestas iniciativas, promovidas pelo Município.

Para terminar o Senhor Deputado deseja a todos um Bom Natal e um Feliz Ano Novo.

O **Senhor Vereador Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e agradeceu logo de imediato as intervenções proferidas pelo Senhor Deputado Gaspar Pereira e Pedro Casal, que elencaram ali algumas daquelas que foram as obras e que são as obras que estão a decorrer e aquelas que o executivo pretende levar a cabo no ano 2019 no Município de Caminha.

Porém, antes de ir diretamente a essa matéria, disse o Senhor Vereador Rui Lages que gostava de ali fazer um esclarecimento público, e disse que na última reunião da Câmara Municipal, na qual por motivos de saúde não esteve presente, os Senhores Vereadores do PSD, apelidaram-no de “impreparado” e “mentiroso”, por isso, cabe-lhe ali fazer a defesa da sua honra e da sua consideração.

Refere o Senhor Vereador que lamenta, e lamenta profundamente que pessoas com responsabilidades públicas e políticas se dirijam dessa forma a um



Assembleia Municipal de Caminha

Vereador democraticamente eleito pelos cidadãos do Concelho de Caminha. Disse ainda que, é triste ver que o maior partido da oposição não consegue sair da névoa, do ataque pessoal e vil sendo um ataque covarde. Por forma a tentar cativar aqui e ali alguns seguidores mais raivosos e de espuma no canto da boca, os Vereadores do PSD desceram do grau zero da decência, ao grau zero da politica; o Senhor Vereador tem amigos, tem família tem pessoas que o acompanham e quando viram o vosso comunicado publicamente, ficaram extremamente tristes e desagradados com aquilo que leram. Vexas., não aprenderam nada com aquilo que acontecem com as eleições autárquicas de 2017, não aprenderam que não é com insultos que se conquistam as pessoas, não compreenderam que não é a odiar que se conquista as pessoas e não aprenderam que não é com rancor que se cativa as pessoas, podem, isso sim, cativar um ou dois elementos mais fanáticos, mas, nada mais do que isso. Lamenta e lamenta profundamente e envergonha-se da triste oposição que se tem na Câmara Municipal.

Caras e caros Munícipes,

Se ser impreparado é ter neste momento a decorrer uma obra de saneamento em Vilar de Mouros, pois bem, chamem-no de impreparado;

Se ser impreparado é ter a decorrer uma obra de saneamento em Argela, pois bem, chamem-no de impreparado;

Se ser impreparado é estar a realizar uma das maiores obras da década na Freguesia de Vila Praia de Âncora, na zona da Sandia, pois bem, chamem-no de impreparado;

Se ser impreparado é estar a realizar uma obra na Rua da Urraca, exigência da população, pois bem, chamem-no de impreparado;

Se ser impreparado é estar a pugnar para a realização de obras no Centro e no Casco Histórico de Caminha, pois bem, chamem-no de impreparado;

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Acreditem que a Escola C+S de Caminha, agora denominada Escola Sidónio Pais é uma prioridade deste executivo, é agora e sempre o foi, porque, desde



Assembleia Municipal de Caminha

que este executivo chegou a partir de 2015/2016, foi fruto da vontade política do então executivo liderado pelo Presidente Miguel Alves que conseguiu financiamento para execução da escola, e nessa altura falou-se num financiamento de dois milhões e novecentos mil euros, para a requalificação da escola, foi escolhido o projetista, um projetista que conhece as dificuldades, o terreno, a comunidade escolar como ninguém, um arquiteto que pertence aquela casa, fez-se tudo aquilo que se tinha a fazer, lançaram o primeiro concurso no dia 02 de maio de 2018, o concurso ficou deserto, não houve empresas a concorrer, porém, logo que o concurso ficou declarado deserto no dia 11 de julho, passados que foram 12 dias houve uma reunião na Câmara Municipal presidida pelo Senhor Presidente, onde esteve a Presidente do Agrupamento de Escolas, inclusive o Senhor Vereador, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Caminha e Vilarelho e a equipa projetista, para reavaliação do projeto para se encontrar novas soluções para a Escola Sidónio Pais, e assim foi. O Senhor Arquiteto apresentou uma proposta, essa proposta foi apresentada em final do mês de outubro do corrente ano, essa proposta é no valor de três milhões e quinhentos mil euros, este é o valor da empreitada que vai a concurso e finalmente apto, e em condições depois de aprovados os compromissos plurianuais nesta Assembleia, se estará na próxima semana de lançar o novo concurso, e com este o executivo acredita que vai conseguir realizar essa empreitada. No entanto, o executivo não baixa os braços, vai lutar até ao ultimo minuto para que a escola e a sua requalificação, sejam uma realidade, contudo, ali não se está a ver se o anterior projeto estava bem ou mal, se é o melhor ou pior, não, o executivo tem este projeto e é com ele que vai lutar, é aquele que a escola quer, a comunidade escolar quer, portanto, é por este projeto que o executivo vai pugnar.

Disse ainda o Senhor Vereador que se falou ali durante outras intervenções de outras obras, isso é verdade, o Município de Caminha tem cerca de sete milhões de euros em investimento com as obras que estão a decorrer e



A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'S' followed by a smaller signature.

Assembleia Municipal de Caminha

também com aqueles que se pretende lançar concurso já a partir da próxima semana e no início do ano de 2019.

Julga o Senhor Vereador que os esclarecimentos que se impunham prestar relativamente à escola foram prestados, se no final da Assembleia pretenderem mais algum esclarecimento, está ali o projeto, podem abordar o Senhor Vereador e esclarecerá pontualmente, circunstancialmente, contudo, estará à disponibilidade de todos os munícipes.

O **Senhor Vice-Presidente da Câmara, Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse que a sua intervenção não será fácil, porque o leque de questões que ali foram colocadas é, de facto bastante largo, mas, tentará ser suficientemente sintético para responder a algumas das questões.

Disse o Senhor Vice-Presidente da Câmara, que sem dúvida que a questão mais importante de todas daquelas que foram ali apresentadas neste período antes da ordem do dia é a Escola Secundária de Caminha. E sem dúvida que todos gostavam que a escola estivesse feita não era agora, era se calhar há 10 ou 15 anos atrás? E as coisas acontecem quando se podem fazer, não é quando nós queremos que elas se façam. E efetivamente uma das coisas que a ele o choca, e às vezes dá-lhe vontade de rir, outras vezes irrita-o, é a ligeireza com que se tratam as obras que é preciso fazer.

Porque, aquilo parece que nós pensamos e as coisas acontecem, não é assim...era bom que assim fosse, mas não é assim. Porque se assim fosse, como disse já ali há 10 ou 15 anos não se teria amianto nas escolas, já não se teria a caixilharia toda podre, já não se teria a escola perfeitamente fragmentada, e, portanto, já se teriam as coisas de maneira diferente. Esta obra é uma obra particularmente difícil, e é uma obra difícil por várias razões. A primeira é que é uma obra que tem de ser feita sem interrupção da atividade letiva, ou seja, aqui vai haver perturbação e sejamos absolutamente cientes de



Assembleia Municipal de Caminha

que vai haver constrangimentos, vai haver protestos, vai haver barulhos, vai haver incómodos, pelo que, desde já avisa para que não fiquem surpresos com isso tudo. Em segundo lugar, o projeto é um projeto difícil, e porquê? Porque aquela escola está em cima de um sapal, e como a escola está em cima de um sapal, quando se aumentar a estrutura da escola naturalmente que aquilo vai ter impacto a outro nível e é precisamente a ponderação destas variáveis todas, por um lado a necessidade de alojamento durante o período da obra, a necessidade de reforço de estrutura, e outras pequenas questões associadas ao projeto, e face, a fase que a economia portuguesa vive. Contudo, a fase que a economia portuguesa está a ultrapassar, em que há de facto bastantes obras, seja em resultado do quadro comunitário estar em fase avançada de execução, seja em resultado de as expectativas serem positivas na economia portuguesa, há uma procura muito grande de obra, mas, também não existe muita disponibilidade de empreiteiros para a obra, não é só aqui em Caminha que isto acontece, a obra da Escola de Valença foi adjudicada a semana passada, portanto, existe um conjunto de fatores que de certo modo justificam que o concurso tenha ficado deserto e justificam que se tenha feito a revisão do projeto e que haja agora fortes expectativas para que as coisas avancem, mas, também seria bom que todos estivéssemos do mesmo lado e não se andasse ali a atirar tiros de um lado para outro, para ver quem é o tipo que dá o tiro mais alto, esta era a nota que ele ali queria deixar quanto à escola.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Âncora, António Brás, disse o Senhor Vice-Presidente da Câmara, que por incrível que pareça fazer um plano de pormenor, por vezes é mais complicado do que fazer um plano diretor municipal, e porquê? Porque se está a trabalhar numa outra escala, e naquele caso em particular, a situação é particularmente complicada por duas razões. A primeira, é porque em 2014/2015 mudou o novo regime jurídico e a lei de ordenamento do território e, há um conjunto de regras novas, regras essas que ainda não estão suficientemente claras. E para começar a responder diretamente às questões que coloca, disse o Senhor Vice-Presidente, que foi



Assembleia Municipal de Caminha

feito um esboço do ordenamento que lhes foi apresentado e já fez feedback deles, mas, o problema maior passa em torno do cadastro e ao nível das parcelas e da forma que é preciso gerir, e ainda depois de tudo quer a direção geral do território, quer a legislação de suporte está ainda numa fase um bocado atrasada. E aquilo que ele não quer? Que se criem expectativas no sentido de se ir por um caminho e chegar a meio do caminho, ter que se voltar para trás, ou seja, aquilo que o Senhor Vice-Presidente quer é ter a certeza absoluta da parte da Direção Geral do Território que aquela forma de fazer o cadastro, que é a forma que serve, para que depois se faça a afetação das novas parcelas no quadro do plano de pormenor.

Mas, acaba por ter o tal problema de se ser os primeiros a chegar, como se dizia na tropa, que o primeiro a chegar descascava as batatas, também não convém ser o último porque o último tem que varrer a parada, portanto a questão é a seguinte ainda se está na fase de se descascar as batatas? E, portanto, não é nada agradável, e pede desculpa ao Senhor Presidente da Junta e à Freguesia de Âncora em particular, mas, o plano de pormenor da areia está a esse nível com alguns problemas que seguramente se irão ultrapassar. Contudo, como se está a falar de questões de planeamento, o plano de Orla Costeira que agora não se chama Plano de Ordenamento, mas, é um programa especial e tem uma forma de se fazer diferente. Pergunta à Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora se participou na discussão pública que terminava hoje e se fez estes reparos que ali apresentou junto da entidade que faz a gestão do plano que é a APA, contudo, da parte da Câmara isso foi feito.

Disse ainda o Senhor Vice-Presidente, no que diz respeito às Camboas, que não é verdade que as faixas de salvaguarda cubram as Camboas, mas, cobrem parte das Camboas que é precisamente aquele esboço que o executivo tem, a parte onde não é para construir, essa questão na faixa de salvaguarda tipo 1 não vai nem sequer até metade daquela faixa disponível das Camboas.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente ao paredão disse o Senhor Vice-Presidente que o Senhor Presidente da Junta na altura pôs a questão, a APA respondeu-lhe, contudo, na sua opinião não é a questão principal do plano de ordenamento, do plano da orla costeira, e por isso a Câmara de Caminha votou contra o plano de orla costeira, é bom que fique isso claro, votaram contra o plano da orla costeira, não tanto por isso, mas, pelas implicações em termos de edificabilidade que o plano tem na Avenida Ramos Pereira, porém está convencido que as coisas terão alguma reversão.

Relativamente à questão da Loja do Cidadão disse o Senhor Vice-Presidente, que agradece que tenham ali colocado a questão, porque a Loja do Cidadão tem tido algumas dificuldades de avanço, neste momento sabe-se exatamente que intervenção é preciso fazer, neste momento o projeto está a concurso, o prazo de concurso termina dia 21 de dezembro. Foram consultadas 4 empresas para apresentar as suas propostas para fazer uma pequena intervenção que é necessário fazer. E hoje antes de ir para ali viu que uma delas não estava interessada, refere que tem muitas obras, que não tem tempo para fazer aquilo dentro do prazo, ou seja, mais uma vez é o problema que muitas vezes acontece, são as dificuldades que existem relativamente às intervenções das empresas que estão no nosso mercado.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Simaura, disse o Senhor Vice-Presidente que gosta que a juventude seja irreverente e que fale dos problemas, mas também não se pode esquecer, que o problema do orçamento participativo é que se escolhem ideias, mas da ideia ao projeto vai uma enorme distância. E muitas vezes, no orçamento participativo diz-se aquilo que se quer, contudo, vai utilizar ali um caso que acompanhou particularmente de perto, como a recuperação da Quinta da Barrosa? E para se recuperar a Quinta da Barrosa o que é preciso fazer? E como agora fala da Quinta da Barrosa serve de pretexto, está ou não concluído o projeto? Que projeto é que se quer? A primeira fase do projeto era a questão de rebaixar os muros, era muito fácil, era deitá-los a baixo e fazê-los de novo. Mas, não é assim tão fácil, porque teve de



Assembleia Municipal de Caminha

ter um parecer da Direção Regional da Cultura do Norte, ter o parecer ecológico para tirar uma pista de skate que lá puseram à má fila, à má fila porquê? Perdoem, a expressão, porque não foi pedido parecer à Direção Regional da Cultura do Norte, mas para retirar teve-se que ter o parecer da Direção Regional da Cultura do Norte. Isto são pequenos factos que de certo modo parecem chinesices, mas, acabam por justificar atrasos sucessivos nesta matéria, sem o parecer do arqueólogo não foi possível retirar a pista. Porém, o que é que é a qualificação da Quinta da Barrosa? Pode ser uma intervenção paisagística, e era isso que o executivo queria, que fosse criado lá um centro interpretativo do neolítico. Existe um projeto para isso e foi candidatado, e foi aprovado. Só que não foi financiado, sabem porquê? Porque nas prioridades da entidade que financia atribuiu-lhe uma pontuação baixa comparativamente com outros projetos. Portanto, a questão que se coloca, está ou não concluído? Depende em que fase do projeto é que nós iremos estar. Se a qualificação é dar visibilidade à Quinta da Barrosa, está concluído. Se é criar um Centro Neolítico, não está concluído nem se sabe quando vai estar.

Quanto ao Wi-Fi das Argas, disse o Senhor Vice-Presidente que este tem de ter poste de repetição. Porém, tem que se pedir autorização á autoridade Nacional de Proteção Civil. Porquê? Porque existe lá um depósito e pode haver problemas de abastecimento de água numa situação de incêndio. Contudo, ainda poderia ali salientar mais de um ou outro processo do orçamento participativo, mas para não maçar, dispensa-o de o fazer, mas, se alguém quiser mais algum esclarecimento pode falar sobre isso.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Gaspar sobre a Sandia e sobre o Centro histórico, disse o Senhor Vice-Presidente que não vai ali falar sobre os projetos em si, porém, vai recordar uma coisa que ali se passou, foi uma das coisas que o irritou que se passaram ali na Assembleia Municipal, e que foi o seguinte. A certa altura, foram delimitadas as áreas de reabilitação urbana e houve quem se risse na cara dele e dissesse que raio de chinesice é essa. É uma chinesice de tal ordem que permitiu que viessem para o Concelho de



AD
E

Assembleia Municipal de Caminha

Caminha 2 milhões de euros de investimento para requalificar duas áreas urbanas. Na Sandia havia gente que não sabia onde era a Sandia, e até onde é que ia a Sandia, o que era para reabilitar, ou seja, estava-se nessa fase do processo, e ninguém abre o bolso para dar 2 milhões de euros. Pelo que, foi necessário fazer um plano de ação, delimitou-se a área de reabilitação urbana, fez-se um plano de ação para a área de reabilitação urbana, fez-se um programa específico de reabilitação urbana, e fez-se os projetos respetivos para cada uma daquelas áreas, e só depois é que veio o financiamento. Contudo, é sempre muito bonito dizer que se tem um milhão de euros para a Sandia, e tem, e ainda bem que se tem. Primeiro é preciso saber porque é que é um milhão, não são dois ou não são trezentos mil. Mas, tem que se fazer um trabalho. E foi isso que se fez. Mas, é com enorme satisfação que vê esses processos andar, e que às vezes alguma ponderação também naquilo que se diz, não seria mau de todo!

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado da CDU, disse o Senhor Vice-Presidente que existe uma questão em que estão todos de acordo, tem que se fazer uma intervenção no mercado o mais depressa possível, só que por de trás da intervenção que é preciso fazer no mercado há mais história que dispensa de contar ali em pormenor, existe uma matéria que se tem que resolver, como o negócio das piscinas, nomeadamente as compensações, porque a entidade que tem direito de superfície levanta problemas á intervenção no mercado, ou seja, as coisas parecem fáceis, mas não são assim tão fáceis, porém, não se pode estar parado e descansado, tem-se que avançar.

Para terminar disse o Senhor Vice-Presidente que não vai comentar a intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa, porque parte do que tem a dizer sobre a intervenção do Senhor Deputado fá-la-á mais a frente a propósito do orçamento e do plano para o próximo ano, até porque a intervenção foi um pouco deslocada, porque se centrou muito no que havia a fazer. Ou seja, podemos criticar todas as pessoas, mas também se deve fazer com elevação e



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' and a flourish below it.

Assembleia Municipal de Caminha

há pessoas chocam a forma como falam pela consideração que tem por elas, pede desculpa pelo desabafo, mas tinha que o fazer.

Relativamente ao Senhor Presidente estar ali ou não, disse o Senhor Vice-Presidente que é um direito que assiste a qualquer cidadão gozar a licença de paternidade e licença de maternidade qualquer cidadão que tenha um filho ou vários, e lembra o Senhor Vice-Presidente que ainda recentemente o chefe, o líder parlamentar do Partido Comunista Dr. João Ferreira entrou em licença de paternidade e foi substituído pelo Deputado António Filipe, na discussão do orçamento, e também o Deputado Pedro Filipe Soares, líder do Bloco de Esquerda, está de licença de paternidade. Porque, é que o Presidente da Câmara de Caminha não havia de poder gozar a licença de paternidade? Era só.

Muito Obrigado.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez uma interpelação à mesa, e relembra o art.º 27 em que refere “A interpelação à mesa tem prevalência sobre qualquer outra figura regimental”, no entanto seguiu todas as indicações do Senhor Presidente da mesa e deu a primazia ao Senhor Vice-Presidente para seguir a sua intervenção. Contudo a interpelação à mesa prende-se com o art.º 23 em que refere “É facultada a intervenção dos vereadores nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal”, e recorre a este ponto para que o Senhor Presidente da Mesa que faculte o uso da palavra ao Senhor Vereado José Manuel Presa.

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou ao Senhor Vice-Presidente se concede o uso da palavra ao Senhor Vereador ou não.

O **Senhor Vice-Presidente da Câmara, Guilherme Lagido**, sugeriu que se perguntasse ao plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, solicitou ao plenário autorização para o uso da palavra do Senhor Vereador José Manuel Presa, a qual foi rejeitada.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez uma interpelação à mesa, e disse que lamenta que os Vereadores não possam usar da palavra, existe um ponto no Regimento que na realidade é como se não existisse, logo, é assim a democracia no nosso Concelho.

No entanto o Senhor Deputado pretende formular um esclarecimento, uma vez que ali alguém falou nos arautos das más notícias. E refere que numa Assembleia Municipal extraordinária anterior, viu-se ali o Senhor Deputado Manuel Falcão poder usar do anuário financeiro dos municípios portugueses para fazer o seu ataque, e muito bem, com a legitimidade política que tinha ao grupo do PSD, porém, hoje é a sua vez de prestar e formular um esclarecimento a esta Assembleia e usar o anuário financeiro dos municípios portugueses de 2017 documento apresentado pela Ordem dos Contabilistas, é possível verificar que Caminha surge em 299 lugar na lista de Municípios com maior índice de dívida, correspondente a 1,53, estando acima do valor limite estabelecido na Lei n.º73/2013. Este índice é calculado tendo em consideração o valor da dívida total e a média da receita dos 3 anos anteriores.

O **Senhor Primeiro Secretário, João Felgueiras da Silva**, esclareceu que as interpelações à mesa, são realizadas à mesa da forma em como esta está a conduzir os trabalhos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, Rui Ramalhosa**, fez uma interpelação à mesa, e disse que aquilo que ali se acabou de assistir, ao referirem que se está a assistir a um movimento que não foi democrático, quando se assistiu a uma votação que foi correta, leal e de todos, logo, isso não se admite, bem como a mesa também não o deveria admitir.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs o período de réplica.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte; “Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2017, documento apresentado pela Ordem dos Contabilistas, é possível verificar que Caminha surge em 299 lugar na lista de Municípios com maior índice de dívida, correspondente a 1,53, estando acima do valor limite estabelecido na Lei n.º73/2013. Este índice é calculado tendo em consideração o valor da dívida total e a média da receita dos 3 anos anteriores.

Analisando estes Anuários Financeiros correspondentes aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, em nenhum deles o Município de Caminha aparece na listagem dos Municípios com maior índice de dívida.

Mas aparece em 2017.

E em 2017 os valores da dívida total são os maiores de sempre e os valores das receitas utilizadas para o cálculo deste índice correspondem aos anos de 2014, 2015 e 2016.

Três anos cujos Orçamentos e Relatórios de Contas são integralmente da responsabilidade do atual Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dr. Miguel Alves.”

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação a introdução da alínea n), a qual já foi distribuída pelos Senhores Deputados para fazerem a sua análise, sendo aprovada por unanimidade.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez uma interpelação à mesa para invocar ali o n.º 4, do art.º23, do Regimento, o qual refere, “ Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra, sem que o mesmo tenha



Assembleia Municipal de Caminha

conteúdo ou carácter político”, logo, solicita ao Senhor Presidente da Mesa se autoriza o Senhor Vereador José Manuel Presa a ter a possibilidade de ali fazer a defesa da sua honra.

O **Senhor Presidente da Mesa**, concedeu o direito da defesa da honra ao Senhor Vereador José Manuel Presa.

O **Senhor Vereador José Presa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse que está ali a falar na sua honra e dos colegas da sua bancada pela intervenção do Senhor Vereador Rui Lages. E disse o Senhor Vereador que em primeiro lugar refere-se ao tempo em que o Senhor Presidente da Mesa demorou em lhe conceder a palavra; em segundo lugar sobre a atitude que o Senhor Presidente em exercício, o qual deu parte do seu tempo de intervenção ao Senhor Vereador Rui Lages para ali falar sobre uma intervenção que ele tinha feito em reunião de Câmara de 05 de dezembro, mas, não lhe concedeu a palavra para poder repostar sobre a intervenção dada pelo Senhor Vereador Rui Lages.

Quanto à intervenção em concreto e aonde o Senhor Vereador considera a sua honra afetada, da mesma forma que o Senhor Vereador considerou que ele lhe afetou a sua honra na reunião de 05 dezembro. Refere o Senhor Vereador que para quem fala tanto em ofensas e em o ter ofendido, fica admirado quando utilizou alguns adjetivos para falar da oposição na Câmara, logo, gostava o Senhor Vereador de dizer que fica surpreendido quando alguém que é aspirante a político, o que acha muito bem, não saiba o que quer dizer uma mentira em termos políticos, ou, impreparado em termos políticos. E quando o Senhor Vereador questionou em reunião de dia 05 de dezembro um aumento na estimativa orçamental de 800 mil euros, com diminuição de obra, o Senhor Vereador Rui Lages, respondeu que a principal razão da alteração desse valor



A
E

Assembleia Municipal de Caminha

que aparece a mais na segunda estimativa orçamental, se refere ao aluguer e colocação de contentor para substituição das salas de aulas durante o tempo de obra, porém, naquele momento como não possuía a estimativa de maio passado, e posteriormente a consultou e verificou que o aluguer dos contentores para substituição das salas de aulas, já constavam da estimativa anterior, e aparecia com 18 contentores e na segunda com 14 contentores, porém, se esta é a principal razão que o Senhor Vereador Rui Lages apontada para o aumento da estimativa, então, perguntou ao Senhor Vereador Rui Lages se está impreparado para assumir as suas funções, porque dá justificações que não existem, ou, se deliberadamente mentiu, ou seja, esta sua intervenção está a faze-la em termos políticos e não em termos pessoais, porque não tem rigorosamente nada contra o Senhor Vereador Rui Lages, nem contra qualquer outra pessoa em termos pessoais, ou seja, quando utiliza estas palavras é em termos políticos, e o Senhor Vereador sabe perfeitamente disso que em termos de relação pessoal existe respeito um pelo outro.

O **Senhor Vereador Rui Lages**, solicitou a palavra em defesa da sua honra e disse que não é aspirante a nada, é Vereador eleito da Câmara Municipal de Caminha pelo partido mais votado nas eleições autárquicas, e por isso tem o poder e o dever de falar e prestar os esclarecimentos nesta Assembleia Municipal, se outros quisessem ter esse poder deveriam ter pugnado por convencer os eleitores a esse facto e poderem ser vereadores com pelouros em exercício de funções. E aquilo que foi dito “o Vereador Rui Lages, impreparação e ou/mentiras”, não refere ali que é impreparado politicamente ou mentiroso politicamente, vamos lá pôr os pontos nos is, e quem não se sente não é filho de boa gente, e aquilo que ali acabou de acontecer pelas palavras do Senhor Vereador José Presa, não foi uma defesa da sua honra pessoal, foi uma defesa politica da sua bancada, algo que esse regimento não contempla.

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Assembleia Municipal de Caminha

sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que para ficar registado em ata, que se está com uma dívida a curto prazo superior a seis milhões de euros; com um prazo de pagamento de 270 dias, estes são fornecedores que poderiam permitir que os seus funcionários tivessem um natal melhor, ao honrar os seus compromissos, com o pagamento do 13.º mês.

Deixa ainda a nota o Senhor Deputado que quando estiverem sentados na ceia de natal, que não se esqueçam desta dívida de seis milhões de euros.

b) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 13 de setembro 2018

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão extraordinária de 13 de setembro 2018**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 04 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) Aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de setembro 2018

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 28 de setembro 2018**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, relativa às “**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019”.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, Rui Ramalhosa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Como Presidente da Junta de Freguesia de Seixas e participe deste orçamento municipal quero deixar aqui o testemunho das dificuldades encontradas por este Município para conseguir o equilíbrio das suas contas.

É um grande esforço por parte do executivo e dos seus colaboradores conseguir alocar as despesas (que são sempre muitas) nas receitas respetivas (que são sempre poucas).



Handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'A' followed by a flourish, and a smaller signature below it.

Assembleia Municipal de Caminha

É, também, um grande esforço por parte dos munícipes caminhenses que têm que colaborar com o executivo para que as receitas aumentem, traduzindo na devida proporção um aumento nas despesas próprias de cada um.

Esta introdução serve para demonstrar o esforço em manter as contas equilibradas e chegar ao que interessa. Às nossas freguesias, que também fazem parte da autarquia caminhense. São as obras e intervenções a efetuar para o próximo ano de 2019 bem como as devidas transferências correntes e de capital.

Claro que o interesse das freguesias é fazer mais obras ou intervenções (melhoramentos na água, no saneamento, na rede viária e nas infraestruturas gerais, genericamente), também, necessitando de mais transferências de fundos já que a receita própria é mínima.

Com a Lei 75/2013 muita coisa foi alterada no relacionamento entre as freguesias e as câmaras, principalmente nas alterações efetuadas nas freguesias e nas novas competências para as mesmas, que foram muitas mas o envelope financeiro não acompanhou devidamente.

Apareceram os novos Acordos de Execução trazendo juridicamente grandes mudanças no financiamento das freguesias. O executivo caminhense adaptou, e muito bem, esses Acordos de Execução que trouxeram estabilidade e equilíbrio financeiro às nossas freguesias. Claro que o nosso desejo é ter mais fundos financeiros para as nossas freguesias e assim poder regenerar mais rápido o estado das mesmas.

Essa melhoria tem-se traduzido na capacidade de decisão das Juntas de Freguesia, de decidir onde usar essas verbas das transferências de fundos.

Essa melhoria tem-se traduzido, também, na capacidade das freguesias de escolher, que obras ou remodelações fazer.

E, sempre, sem a interferência direta dos órgãos camarários, sempre pela vontade da população que elegeu as Juntas de Freguesia.

Estas melhorias levaram a mais satisfação dos autarcas das freguesias bem como a maior satisfação da sua população.



Assembleia Municipal de Caminha

Isto foi o que se passou até finais de 2017.

A partir de 2018 essa melhoria, ainda, foi muito mais acentuada pela decisão do executivo camarário de antecipar as verbas acordadas para as transferências correntes, trazendo autonomia financeira às Juntas de Freguesia. Na prática recebemos antecipadamente para poder depois gastar e pagar os compromissos assumidos e não gastar para receber mais tarde

E, hoje, o que me levou, mais uma vez a falar para esta ilustre Assembleia foi a nova decisão do executivo em agilizar os reembolsos das despesas de capital ao longo do trabalho efetuado.

Esta antecipação vai levar a que as Juntas de Freguesia agilizem os pagamentos dos seus compromissos aos empreiteiros contratados, por apresentação dos autos de apresentados, para agilizar a execução das obras na sua freguesia.

Também quero deixar aqui elencadas as intervenções levadas a efeito na freguesia de Seixas em conjunto com a Câmara Municipal. Só, no corrente ano de 2018.

Rua da Seara;

Rua da Rabusca;

Rua Alfredo da Cruz;

Rua do Sobreiro;

Renovação da Iluminação da Marginal;

Iluminação do Parque Infantil.

Bem hajam todos.

Boa noite a todos.

Feliz Natal, e Próspero 2019 para todos.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, deu início à sua intervenção:

“Como membro desta Assembleia e por ter sido eleito para defender os interesses de Vila Praia de Âncora e dos Ancorenses, vou votar contra este



Assembleia Municipal de Caminha

orçamento, pelo motivo de ser um orçamento marcado por uma forte subida da carga fiscal, nomeadamente no IMI, IRS e dos tarifários da água e saneamento, que permitirá um acréscimo de receita para o cofre do Município cerca de dois milhões de euros.

Dois milhões de euros que vão que vão ser retirados dos orçamentos de muitas famílias com tremendas dificuldades económicas e, que vai obrigar ainda mais a mergulharem no fosso.

Caras e Caros munícipes, não pensem que vão ter mais dinheiro no fim do mês, os pequenos aumentos nos ordenados e nas reformas que estão previstas no orçamento do Estado, vão ser corroídos pelos aumentos de impostos e de taxas que o próprio Estado e agora a Câmara Municipal de Caminha, vão implementar para o próximo ano.

Sr. Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, é imoral este brutal aumento da carga fiscal e de taxas que Vossas Excelências, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta do Partido Socialista, vão aprovar hoje, deveria, em princípio de ser aprovado com amplo consentimento público, derivado a estes aumentos terem sido escondidos no manifesto eleitoral do Partido Socialista na última campanha eleitoral.

Disse.”

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Estamos, neste ponto da ordem de trabalhos a analisar um dos documentos mais importantes sobre o qual este hemiciclo é chamado a pronunciar-se. Por isso, é importante que o façamos de uma forma responsável e que honremos o compromisso que assumimos ao nos tornarmos a voz daqueles que, em nós, depositaram a sua confiança para os representar.



Assembleia Municipal de Caminha

Com uma despesa global prevista de 25 milhões, 411 mil 936 euros e uma receita global de igual montante. Estamos perante o maior orçamento desde 2013. Um orçamento muito exigente, um orçamento duro para as pessoas, mas, um orçamento que irá ajudar a garantir a sustentabilidade do Município.

Duro para as pessoas porque vamos ter uma subida de impostos, uma adequação da tarifa da água e do serviço de saneamento e tudo isso vai mexer com o bolso de todos nós! Esta é. uma parte da receita do Município, aquela que mais nos diz respeito para além das transferências efetuadas pela administração Central, a venda de bens e serviços correntes e as transferências de capital que decorrem de apoios estatais que são poucos e dos apoios comunitários. Relativamente ao ano passado vemos a despesa e a receita global crescerem 11,5 %, sendo que se prevê que as despesas correntes subam 13,1% e a receita corrente suba 11,4%. Para a subida desta receita e desta despesa contribuem diferentes opções políticas, opções que tratam de pugnar pelo equilíbrio orçamental, pôr as contas em ordem e resolver os problemas do passado e atenuar as dificuldades do presente e do futuro.

Vemos plasmado neste documento as grandes linhas orientadoras para o próximo ano. É de uma forma que tentarei ser simples, e o mais esclarecedora possível que me dirijo a vós, munícipes do nosso concelho, sem estar aqui a debitar números e percentagens que sendo importantes, são de difícil compreensão. É importante que saibamos porque vamos ter de pagar mais impostos, mais água e saneamento, para onde vai o nosso dinheiro!

Ficamos a saber que é neste orçamento que se vão encontrar os instrumentos para continuar a apostar em 5 áreas essenciais:

Na economia, continua-se a apontar para a criação de emprego, a apostar no turismo como sector estratégico, a apoiar às empresas criadoras de postos de trabalho; Para isso continuará a aposta na divulgação do nosso território, na qualidade das nossas praias e dos nossos eventos de excelência.

Na educação: Continuará o investimento nas nossas crianças e jovens com o combate ao insucesso escolar dando continuidade aos planos já a decorrer e



Assembleia Municipal de Caminha

criando programas de capacitação de profissionais e a criação de laboratórios de aprendizagem ativa. Mantem-se e reforça-se o apoio ao transporte escolar gratuito, às fichas escolares, às refeições e a um conjunto de atividades curriculares e extracurriculares. A requalificação da Escola Sidónio Pais será uma realidade.

Na solidariedade: O apoio financeiro para as bolsas de estudo atribuídas aos estudantes do ensino superior cujas famílias comprovem dificuldades financeiras. O apoio às instituições de Solidariedade Social, às pessoas, com a criação de bancos de materiais de construção civil, recolha de vestuário, distribuição de bens alimentares e a promoção de um programa de acesso ao medicamento que permita que pessoas com mais dificuldades não fiquem sem os seus medicamentos. Será dada continuidade ao apoio às pausas letivas de modo a que os pais sem alternativa possam ter onde deixar os seus filhos sem ter que despende dinheiro.

Espaço Público: Com um investimento em larga escala na zona da Sandia aqui, em Vila Praia de Âncora que permitirá requalificar um espaço da vila e resolver os problemas de escoamento das águas pluviais e outros dessa zona. Avançar com a Reabilitação do centro histórico de Caminha, mudando infraestruturas degradadas, ganhando espaço pedonal, organizando o estacionamento. Dar continuidade à marginal de Caminha, construindo um abrigo para os aprestos dos pescadores; avançar para a concretização da ecovia junto às margens do rio Minho; dar seguimento às obras de saneamento e substituição de redes de abastecimento de água que estão em curso nas freguesias de Âncora, Argela e Vilar de Mouros e potenciar o lançamento de outras em Moledo, Venade, Azevedo. Arranjar mecanismos para garantir a manutenção das 5 bandeiras azuis, a expansão de projetos de melhoria de eficiência energética na iluminação pública, a promoção da serra de Arga com a criação de novos percursos pedestres e a contínua valorização dos Caminhos de Santiago.



Assembleia Municipal de Caminha

Na Proteção Civil: Uma área Central quer no nosso concelho quer no nosso país por força das ocorrências dos últimos anos e que deve ter um investimento canalizado para a defesa da floresta contra incêndios, para a beneficiação da rede viária florestal, para a sustentabilidade das duas corporações de bombeiros do concelho; sustentabilidade da equipa de Sapadores florestais municipais bem como das equipas de intervenção permanente dos Bombeiros voluntários de Caminha e Vila Praia de Âncora; a consolidação do quadro de incentivos ao voluntariado. Também o apoio, essencial, às Juntas de Freguesia - com a manutenção dos valores das transferências correntes e de capital sendo que o valor das transferências correntes será adiantado para que as juntas possam trabalhar melhor em prol das suas populações.

Isto, é, em resumo, aquilo que este documento nos diz. Onde se vai buscar o dinheiro para fazer o quê.

É importante que saibamos, com clareza, sem rodeios e por muito que alguns não gostem, em que ponto estamos, como aqui chegamos e para onde queremos ir!

Em que ponto estamos e como aqui chegamos? Estamos num momento difícil, num momento em que durante 5 anos se andou a fazer um esforço de consolidação maioritariamente do lado da despesa, descendo impostos em momentos difíceis, cortando em acessórias externas, moralizando a utilização de viaturas por parte do executivo, as despesas em refeições, viagens, estadias e outros, suspendendo-se alguns eventos, renegociando-se dívidas e contratos ruinosos. Como aqui chegamos? Pagaram-se empréstimos contraídos; indemnizações milionárias por processos, judiciais desnecessários por irresponsabilidade dos nossos antecessores, faturas escondidas em gavetas, e herdou-se uma dívida de mais de 5 milhões de faturas de água por pagar. Por isso, quando leio numa Declaração de voto que nos foi entregue, que este é um orçamento maquilhado, que se agarra ao passado como artimanha política, chegando ao cúmulo de questionar se os fornecedores a



Assembleia Municipal de Caminha

quem a Câmara deve faturas têm algo a ver com o facto deste executivo ter preferido baixar impostos, abdicando de receita para ajudar as famílias eu respondo: De facto não tem. Mas que dirão aqueles a quem se ficaram a dever faturas, por exemplo de porcos e que vieram aqui, a esta assembleia reclamar, e isto num momento em que se apregoava uma excelente situação financeira? Ler neste documento, acusações como aquela em que a Câmara deixou de pagar as faturas da água em 2018 esquecendo-se de dizer que deixaram uma dívida de mais de 5 milhões de faturas de água por pagar! Uma dívida inexplicável, pois, segundo ouvimos anos a fio, deixaram milhões no banco! (isto é como em tudo, se temos uma dívida atrasada, os pagamentos que realizamos abatem sobre essa dívida, voltando a acumular os valores atuais, por isso sim, temos de falar do passado! Ler neste documento, que o único executivo que realmente investiu na Polis foi o do PSD quando nem uma única obra foi feita ao abrigo da Polis pelo PSD, deixa-me e deixará certamente a todos, e principalmente aos pescadores de Caminha, sem palavras! Ler neste documento que estamos perante um orçamento e grandes opções do plano sem estratégia que continuará a hipotecar o futuro de todos os caminhenses é esquecer-se de que, quem hipotecou esse futuro foi quem deixou tudo aquilo que se está a pagar! Lamentavelmente temos que falar do passado sim, pois é esse passado que hipotecou os últimos 5 anos e continuará a hipotecar parte do futuro!

Para onde queremos ir? Queremos seguir pelo caminho político escolhido e mobilizar os meios financeiros para o trilhar. Queremos estabilizar as contas do município sem deixar de o desenvolver, de o tornar um lugar aprazível que atrai as pessoas e os investidores, que ajuda as suas freguesias, que não se esquece da sua população, ajudando-a nos momentos difíceis e apelando à sua ajuda quando dela precisa. Por isso e porque acreditamos que este orçamento e estas grandes opções são o reflexo disso mesmo, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente estes documentos.

Disse.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu inicio à sua intervenção e disse o seguinte; “Consideramos que este Orçamento que nos foi apresentado e que hoje aqui o discutimos e votaremos, é uma autentica ofensa a todos os Caminhenses. Por variadíssimas razões.

É um orçamento que consegue ser muito pior que os anteriores. A arquitetura financeira de desespero reflete-se no empolamento da receita para ser exata com a despesa, de tal modo visível e irreal que se torna chocante.

Já em Orçamentos de anos anteriores, como o Orçamento Slim-fit, o Orçamento Robusto, o Vitaminado, etc. que não passaram de orçamentos fantasiosos cujas receitas não eram suficientes para a despesa neles previstas, conforme ficou comprovado nos sucessivos descalabros financeiros das prestações de contas respetivas - também este orçamento foi elaborado por alguém que não sabe equilibrar a balança e cujo resultado final vai ser um monumental prejuízo tal como os anteriores.

Relembro, porque a memória de alguns é muito curta, e a dos políticos partidariamente obcecados pior ainda, que os 4 orçamentos anteriores apresentados pelo Pres. Miguel Alves já nos causaram um prejuízo total de 6,2 milhões de Euros.

Este orçamento que nos foi apresentado está feito para pesar como bola de chumbo nos bolsos de todos os caminhenses, com todos os impostos e taxas municipais no máximo permitido por lei, pretendendo-se conseguir receita a todo o custo para minimizar a bancarrota em que nos colocaram, sem vergonha e usando toda a demagogia possível quando nos prometem "Mais e Melhor".

Colocam o ónus de estabilizar as contas, depois de terem andado a brincar aos orçamentos irrealis, na carteira de todos os caminhenses que vão pagar a pesada fatura passada pelo executivo liderado pelo Dr. Miguel Alves.

Este Orçamento é um verdadeiro assalto à carteira dos munícipes.



Assembleia Municipal de Caminha

Algumas pessoas vão perceber bem o que dizemos agora, quando receberem as primeiras faturas da água e saneamento para pagar em 2019. Nesse momento vão perceber, verdadeiramente, o tamanho do assalto às suas carteiras.

Verificamos que é um Orçamento de máxima retração, sem um forte investimento no desenvolvimento do Concelho de Caminha. Não há incentivos à fixação e permanência dos jovens e da população em idade ativa em Caminha.

Não há medidas de apoio às famílias do concelho, nomeadamente com o IMI familiar.

Não há qualquer incentivo para aqueles que pretendem construir a primeira habitação própria e permanente no Concelho de Caminha, mais difícil após o recente PDM elaborado e aprovado pelo Partido Socialista.

Parece anedota, mas têm extrema dificuldade em lançar um concurso público para expansão da Escola Sidónio Pais, e assim promoverem o Ensino no Concelho, como prometeram quando concordaram em encerrar a Escola Ancorensis C. de Ensino em V. P. de Âncora.

Estão desde 2016 a fazer um projeto para a escola e só agora, a dias do fim da linha de financiamento, dizem ter um projeto maduro. Brincam assim com todos os caminhenses. Todas as câmaras agarraram esta linha de financiamento e já têm as obras lançadas e outras quase terminadas, ao contrário de Caminha que se arrisca a ser a única a perder o financiamento por incompetência total e completa do atual executivo. Esperemos, para o bem de toda a comunidade educativa que isso não aconteça.

Temos também os comerciantes que têm sido totalmente esquecidos. Muitos eventos são abandonados totalmente, e os que restam não tem a garantia de continuar.

Não existe qualquer desenvolvimento empresarial, seja a curto, médio ou longo prazo.



Assembleia Municipal de Caminha

Não há qualquer desenvolvimento ou tentativa de requalificação dos espaços empresariais do Concelho.

As empresas e respetivos empresários estão completamente sozinhos e entregues à sua sorte.

Este Orçamento encontra-se repleto de falhas e omissões:

- Não se fala no brutal alongamento do prazo de pagamento da dívida das faturas da água e dos acordos para 25 anos, cujo valor da dívida a 30-06-2018 ascendia a 7.738.125 Euros;
- Não se fala no aumento da dívida total da Câmara que a 30-06-2018 e conforme relatório do 1º semestre da responsabilidade dos revisores, já ascendia a quase 23 Milhões de Euros;
- Não se dá importância a que o Município de Caminha a 30-06-2018 tenha ultrapassado a sua capacidade de endividamento em quase 1 Milhão de Euros;
- Não se fala neste Orçamento de que a dívida total da Câmara a 30-06-2018, sendo de cerca de 23 Milhões de Euros é muito superior à herdada a 31-12-2013;
- Não se historia neste Orçamento os efeitos devastadores que os prejuízos de 2014, 2015, 2016 e 2017, de cerca de 6,2 Milhões de Euros causaram nas contas do Município;
- Não se fala ainda sobre os resultados da exploração do ano de 2018, que poderão ser outra desagradável e trágica surpresa.

O que mais entristece quando lemos este Orçamento, é que não se nota o mínimo de esforço, para que Caminha e as suas gentes possam sonhar e ter um futuro melhor, não só para eles, mas principalmente para os seus filhos e netos. Este Orçamento mais parece um atestado de óbito de uma morte anunciada.

Não me revejo nesta postura, nem nesta linha estratégica de afundamento do Concelho. Já tenho os meus filhos a trabalhar no estrangeiro, mas enquanto andar nestas lutas, lutarei para que os meus netos possam um dia ser felizes quando decidirem voltar ao Concelho de Caminha.



Assembleia Municipal de Caminha

Porque quero um futuro para Caminha, porque quero um concelho com vitalidade e em crescimento, voto contra este Orçamento.

Disse.”

O **Senhor Vice-Presidente, Guilherme Lagido**, disse quanto ao orçamento que ali se está a apreciar e irão os Senhores Deputados votar, lembra que este orçamento é o maior desde 2013, o montante global do orçamento é de 25.4 milhões de euros. Tem-se cerca de dois terços do orçamento, um pouco menos em despesas corrente e um terço do orçamento em despesas de capital, um pouco mais. Em 70% do orçamento está alimentado com a receita corrente, e 30% do orçamento está alimentado com receita de capital. Ou seja, pode-se constatar que há efetivamente um acréscimo de despesa, cresce em primeiro lugar a despesa com pessoal e é bom que se tenha isso presente, porque é que cresce esta despesa com pessoal, cresce esta despesa com pessoal por três razões. Em Primeiro lugar, porque há novas entradas no quadro de pessoal dos serviços de apoio à Câmara. E porquê? Que pessoal é este que entra? Isso vai-se ver mais á frente, mas antecipa desde já que entram os famosos precários, que estavam ao serviço entre 1 de janeiro e 5 de maio, salvo erro, ou 5 de abril, naqueles meses, tal como dispunha a lei do orçamento de estado, ou seja, pessoas que estão nessas condições têm de ser integrados. E quem eram as pessoas que estavam nessas condições? Basicamente, na esmagadora maioria eram pessoas que davam apoio ao setor da educação, eram vigilantes, eram motoristas que transportavam crianças e de um modo geral a esmagadora maioria seriam pessoas, que estavam a apoiar o setor da educação. Uma outra razão do aumento das despesas com pessoal, é que há 9 anos que as carreiras da função pública e particularmente no Município de Caminha estavam congeladas. Está-se em curso com o processo de descongelamento de carreiras, recuperando as avaliações do SIADAP. O SIADAP é o sistema de avaliação dos funcionários públicos, pois este sistema estava completamente emaranhado, foi dito que estava resolvido



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

para trás, mas não estava bem resolvido, portanto, houve que desembulhá-lo e está-se a chegar praticamente ao fim, ou seja, é outra das razões e alguns dos funcionários irão ser ouvidos e daqui resultarão mais encargos para o Município com o pessoal. Em terceiro lugar há uma variável, que essa é mesmo muito variável, ou seja, não se sabe exatamente de que dimensão será, mas fala-se de aumentos de salários, não se sabe até onde é que isso irá e isso também vai ter o seu reflexo. No global estima-se que se esteja a falar de 1 milhão de euros.

Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que uma segunda componente que sofre um aumento considerável é a aquisição de bens e serviços, ou seja, ali estão as faturas atrasadas que é preciso pagar, como a questão da água, a questão das piscinas, contudo, existem opções claramente políticas, como por exemplo, uma atenção muito especial que ao setor da educação e já ali foi dito que uma das opções, uma das 3 opções estratégicas deste executivo era o emprego, o turismo e a educação. A educação não é só o investimento na educação, e na educação é dar melhores condições para que os nossos alunos, a nossa juventude adquira competências que lhes permitam ser competitivos no mercado de trabalho. Depois têm-se o aumento de investimento com a requalificação urbana, e isto se articula com um dos objetivos estratégicos que é o turismo, porque, para haver turismo tem que haver requalificação urbana, e a aposta aqui é muito forte, é a aposta como já ali se falou da Sandia, é a aposta no Centro Histórico de Caminha, é também a aposta no reconhecimento do Património da Serra de Arga que está praticamente a chegar ao fim, um projeto que se está a desenvolver com os nossos vizinhos de Viana de Castelo e de Ponte de Lima, e também a requalificação da Marginal de Caminha que já ali foi dito, os armazéns da prestos, já se está na fase final do projeto e é muito provável que no ano de 2019, seja executado esse projeto, no âmbito da Polis. E uma coisa que não se vê, muitas vezes é esquecida, mas faz parte também da aposta naquilo que diz respeito ao turismo, é a requalificação do chamado ciclo urbano da água, o executivo tinha ainda muitas Freguesias que tinham



Assembleia Municipal de Caminha

uma insuficiência grande na rede de saneamento, em Âncora, Argela, Vilar de Mouros, projetos que estão em execução e alguns deles em fase avançada de execução, contudo, também se está a desenvolver os projetos para a Lage, para Azevedo, e para outras intervenções mais pequenas em Venade e em Moledo. Está-se na fase de apresentação desses projetos e alguma execução irá surgir durante o próximo ano, isto leva, ou espera-se que leve a ter um crescimento em orçamento de cerca de 9%, durante o próximo ano.

Quanto há despesa disse ainda o Senhor Vice-Presidente que tem havido um grande esforço no sentido de conter a despesa, mas a contenção da despesa é possível e tem sido feita, através do corte de eventos que se entendeu suspender como o Fado Forte, o Caminha Doce, assim como este ano não se vai realizar o Rally. Mas fazendo todas as contenções que se tem feito, tendo que garantir que determinadas despesas não podem deixar de se fazer, mesmo assim chegou-se à conclusão que se tem que fazer aquilo que executivo nenhum gosta de fazer aumentar a receita, e a receita também tem três componentes, tem uma componente que é as transferências do Estado, e essas são rígidas, ou seja, são as que são em função das capitações que estão atribuídas, são os financiamentos comunitários que às vezes são um bocado enganosos, pois temos níveis de comparticipação da autarquia, níveis baixos mas são sempre alguns níveis de comparticipação mas havendo uma aposta clara no investimento, tem de se acompanhar essa despesa de investimento, ou seja, é uma receita que às vezes é enganadora, e depois tem-se os impostos e a venda de bens e serviços.

Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que foi ali dito que a taxa de impostos vai para o máximo, é verdade, porém, quando o executivo chegou à Câmara a taxa também já era o máximo e na altura a aposta foi reduzir, nomeadamente o IMI e o IRS essa taxa máxima gradualmente para os níveis que atualmente se está a pagar. Porém, essa aposta foi realizada e até foram fortemente criticados e ainda hoje ali foram criticados que se torna engraçado, porque, na mesma bancada houve quem dissesse “vocês arruinaram as contas do



Assembleia Municipal de Caminha

município, porque baixaram os impostos.”, portanto fez-se muito mal em baixar os impostos e é curioso pelo seguinte, é que se baixou efetivamente os impostos e há uma justificação para se ter feito, baixaram-se os impostos no momento em que a troika fazia sentir os seus estilhaços, no momento em que o Concelho de Caminha tinha 1100 ou 1200 desempregados, e curiosamente baixou-se a taxa dos impostos e a receita concretamente no IMI aumentou. E porquê? Porque tinha havido há pouco tempo uma avaliação do património sujeito a imposto. Portanto, esses argumentos que às vezes ali demagogicamente se querem fazer passar, será melhor se ter cuidado e sérios na forma como se faz política.

Disse o Senhor Vice-Presidente que se pode criticar as opções, porém, não vamos atirar areia para os olhos das pessoas. Contudo, está subjacente a este orçamento aumentar os impostos para a taxa máxima que é permitida. Como se sabe o IMI é 0,45%, o IRS é 5% salvo erro e depois a Derrama e os outros mantem-se os níveis e a taxa municipal dos direitos de passagem e antecipando-se já para os pontos seguintes são os montantes que tinham e que traziam do passado. Mas, vão surgir outras preocupações, já ali foi falado em eficiência energética, já ali foi falado das contenções com despesas supérfluas, mas nada disso resolve o problema essencial. Mas, hoje quando preparava esta intervenção não contou os minutos em casa, mas quando preparava a intervenção deu-se ao cuidado de perceber como é que se chegou ao ponto a que chegou. E não vale a pena se estar com coisas, a varrer para debaixo do tapete e deixar para o executivo que vinha 2 milhões de euros, ou seja, existe uma dívida acumulada, todos podemos arranjar os números e fazer os malabarismos que se quiser, mas há uma coisa que não se pode fugir, que é o seguinte, o principal problema da situação do município, repito, o principal problema da situação financeira do município é a forma ligeira como se geriu a água. Por exemplo, o Regulamento Municipal de Águas e Saneamento, de Águas Residuais, Resíduos Sólidos Urbanos, é um regulamento de 2004, presumo que anteriormente, não recuará mais atrás, presumo que



Assembleia Municipal de Caminha

anteriormente a situação seria ainda mais confusa. Em 2004 o preço do primeiro escalão de água? O primeiro escalão que ia dos 0 aos 5 metros cúbicos. O preço era de 0,28 euros, ou seja, era 28 cêntimos. O preço por metro cubico era de 28 cêntimos. E a Câmara comprava a água nessa altura? A 0,4841, portanto era um grande negócio. Vendia a 28 cêntimos e comprava a 48 cêntimos. Em 2011, porque é que se fala de 2011? Não é por ser 7 anos depois é porque 2011 foi quando se fez a primeira atualização de tarifas. De 2004 a 2011 não houve qualquer mexida nas tarifas. Em 2011, o mesmo escalão foi aumentado de 28 para 30 cêntimos e já nessa altura se comprava água a 0,4929, 49 cêntimos. O segundo escalão, nessa altura, era 35 cêntimos. Repito e relembro e sublinho que se comprava a 0,4929, o que quer dizer que quem gastasse 7 metros cúbicos de água, porque é que fala em 7 metros cúbicos, porque é o consumo médio por agregado familiar, quem gastasse 7 metros cúbicos de água pagava 5 metros cúbicos a 20 cêntimos e 2 metros cúbicos a 0,35. E o Município pagava 7 metros cúbicos a 49 cêntimos. Porém, isto faz-lhe lembrar uma história que contava de um individuo que no tempo dos seus avós fazia eixos para carros de vacas e dizia ele que em cada eixo que fazia perdia um tostão, mas a sorte dele é que fazia muitos eixos. Portanto o negócio da água no Concelho de Caminha faz lembrar esta anedota, mas, a situação em 2018, também não exclui este problema e é por isso que o Senhor Vice-Presidente diz para se fazer isto com seriedade não se vai também andar a varrer para debaixo do tapete. Em 2018 o escalão dos 0 aos 5 é 32 cêntimos, o escalão dos 5 aos 10 é 37 cêntimos e o preço a que o município compra é 0,5397, 54 cêntimos ainda mais uns pós que agora tem a taxa de recursos híbridos, é uma coisa residual por metro cúbico, no global tem o seu preço, e tem o seu peso. Porém, disse o ainda o Senhor Vice-Presidente que ainda que da água toda que se compra apenas se vende pouco mais de metade, vende-se 52% da água que se compra, ou porque se perde, ou porque se dá, ou porque se fez contratos ruins em que se passa de um sistema em que se tinha uma mãe de água, que era conjunta com alguns proprietários e



Assembleia Municipal de Caminha

ligada à rede e a água corre 24 horas por dia em tanques particulares, que se tem espalhados pelo Concelho, não todos, mas uma parte substancial, ou nos cemitérios, e o contador de água dos cemitérios é de deitar as mãos na cabeça, enfim e outras instituições em que por tradição se deixou de cobrar a água. Contudo, ainda apenas só foi até 2004, podia ter ido mais para trás, o panorama provavelmente seria pior, porém a vender a água a metade do que se compra, só por milagre é que não se podia ter as contas da Câmara como se tem.

Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que neste orçamento também está previsto o aumento das tarifas para os números de Viana, mas, até existe uma curiosidade, porque, o Porto baixou 2 cêntimos o preço da água, mas, com a tabela de água do Porto, até podia baixar 5, ou 6, ou 7 centimos. Porém, assim não há forma nenhuma de rever a rede de água, de melhorar o ciclo urbano da água, saneamento sem um tarifário adequado e que permita pôr as coisas no seu devido lugar, mas, do ponto de vista da dívida do município este aumento de tarifas que está implícito neste orçamento vai resolver parte substancial do problema. Contudo, do ponto de vista da tesouraria do município é uma disponibilidade que vai deixar de ter, logo, não é assim um negocio que o município vai enriquecer porque pôs uma tarifa mais ou menos de acordo com aquilo que custa a água. Referindo que a água é um bem escasso, a água na forma como chega as nossas torneiras, dizem os homens das águas, que é tão pura, que é a mesma que se compra num garrafão de água Luso, ou seja, está-se a lavar o carro com água Luso, a tomar banho com água Luso, a pôr no autoclismo água de Luso? Agora uma coisa é certa a água é um bem escasso e com preços tão incentivadores ao consumo praticamente não é escasso, pode-se falar das dificuldades da água, de tudo o que se quiser, mas, se não se sentir na carteira de certeza absoluta que não somos racionais na forma como a usamos, portanto este vai ser um outro dado que vai aparecer neste orçamento.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que já ali foi referido que as pessoas não se fixam, porque, o PDM não os deixa fazer, porém, também andou a coligir números e também foi a 2008, a 2013 e a 2018. E o resultado é que as licenças de construção emitidas em 2008, e 2008 é antes da troika, foram 119; as licenças de construção emitidas em 2013, já depois da troika, por isso é que são estes anos 2008, 2013 foram 43; as licenças de construção emitidas até hoje, ainda não acabou o ano, 109, ou seja, deve-se ter cuidado com aquilo que se diz e deve-se colocar o debate no ponto em que de facto haja credibilidade. Logo, Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta não é nem de perto nem de longe o orçamento que o executivo gostaria de ali apresentar, não há ninguém que goste de apresentar este orçamento, agora, não apresentar um orçamento com esta configuração há isso sim, era ser demagógico, era continuar num caminho que conduziria a situações complicadas.

Relativamente à questão das dívidas, se são 6 milhões ou eram 5 milhões no passado, disse o Senhor Vice-Presidente que as coisas não tem mudado muito, pode-se ter é operações de cosmética, pode-se eventualmente reestruturar as dividas contraindo um empréstimo, seja de qualquer fundo, como foi o municipal isso não interessa para a questão, pode ser um empréstimo bancário ou outra coisa qualquer, pode-se fazer isso, mas isso foi o que no passado sempre se fez, e ainda hoje se esta a pagar um empréstimo que vem do passado, uma reestruturação de dívidas do passado que está bem feito, o que não está bem feito é que não se tenha feito nada para evitar, mas, o que se esta ali a fazer é criar condições para se for possível se passar as dividas a zero, contraindo um empréstimo de longo prazo, agora não se pode fazer só isso, tem de se fazer o passo à frente, que é tentar estancar a onda da dívida. É isto que este orçamento nos traz ali. É por isso que numa política de verdade, recomenda que se aprove este orçamento, porque este orçamento é um orçamento sério.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 10 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Vereador Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto;

“Votamos contra este Orçamento porque:

- Tal como os Orçamentos dos anos anteriores, este Orçamento está estruturalmente mal elaborado, com a receita empolada;
- Porque preveem receber um valor de água que sabem de antemão, pela constituição da nova empresa, que não irão receber;
- Não são explanados o resultado da exploração do ano de 2018 que poderá dar prejuízo;
- Nada é feito para cativar e fixar os jovens no nosso Concelho, seja apoiando a natalidade, seja apoiando a primeira habitação;
- Não há qualquer garantia de êxito no apoio ao Ensino Básico e Secundário;
- Nada é feito para dinamizar o comércio local;
- Nada é feito para dinamizar a indústria concelhia.
- Votamos contra porque verificamos não existir um plano credível e sério que sirva de instrumento de desenvolvimento local;
- Votamos contra porque não acreditamos que a demagogia seja a solução para Caminha.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) Alteração Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019- Plano



Assembleia Municipal de Caminha

Plurianual de Investimentos

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de dezembro de dois mil e dezoito, relativa à “**Alteração Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019- Plano Plurianual de Investimentos**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Alteração Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019- Plano Plurianual de Investimentos”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2018

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, relativa à “**Lançamento de uma Derrama relativa aos Lucros Tributáveis de 2018**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o lançamento de Derramas, **propõe-se** o lançamento de derrama de 1,5% e isenção da mesma para:

- 1) Empresas que tenham criação de postos de trabalho;
- 2) Novas empresas com sede em Caminha e criadas no Município;
- 3) Sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 60.000,00€.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que enquanto este Executivo Socialista de Miguel Alves sobe a Derrama no Concelho de Caminha para o seu máximo possível – 5% - o Concelho Socialista vizinho de Vila Nova de Cerveira mantém a mesma taxa dos anos anteriores, ou seja:

- isenção de pagamento de Derrama às empresas com volume de negócios até 75 mil Euros;
- para volume de negócios até 150 mil Euros a taxa a pagar é ainda reduzida, tendo sido fixada em 0,8%;
- todas as restantes empresas que apresentarem um volume de negócios acima dos 150 mil euros, ficam sujeitos à taxa de 1,5%.

O **Senhor Vice-Presidente da Câmara, Guilherme Lagido**, disse que quando o executivo baixou os impostos, a bancada do PSD votou contra.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 10 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta



Assembleia Municipal de Caminha

na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, relativa à **“Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imoveis, **propõe-se** a aprovação das seguintes taxas:

- **Prédios Rústicos 0,8%;**
- **Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,45%.**

De acordo com a estratégia mencionada, propõe-se ainda:

Que se aplique a taxa de 0,5% aos prédios urbanos avaliados que se encontrem devolutos ou que configurem risco para pessoas e bens, de acordo com parecer da Proteção Civil Municipal, bem como prédios em incumprimento de obras coercivas.

Que haja redução até 50% da taxa do IMI a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural e outros imóveis reabilitados que detenham certificado de eficiência energética máxima.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que o Senhor Presidente em funções Dr. Guilherme Lagido, disse que quando chegou à Câmara as taxas estavam todas em alta nomeadamente o IMI, o que não é verdade, o IMI estava em 0.37%, os Senhores baixaram para 0.34%, porém, agora vão subir, porque tem a maioria,



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'P' and 'C' followed by a flourish, and a second signature below it.

Assembleia Municipal de Caminha

para 0.45%. Contudo, no momento em que baixaram o IMI o Senhor Deputado ficou extremamente satisfeito, porque, como todos ia pagar menos IMI, mas, também ficou duplamente satisfeito porque sabia que ao baixarem os impostos da maneira que o estavam a fazer as contas não iam bater certas, e apenas seria esperar, e na realidade as contas não batem certas.

O **Senhor Deputado Pedro Casal**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“A minha intervenção nesta assembleia vai ser feita de forma cirúrgica, pois vai incidir apenas sobre dois impostos que de todos nós são bem conhecidos. O IMI (imposto municipal sobre imóveis) e o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares).

Como todos sabem um destes impostos, o IMI, tem um pendor exclusivamente municipal, enquanto o IRS, por outro lado, é um imposto de vertente nacional, mas onde os municípios têm intervenção, é a chamada participação variável no IRS.

Neste novo orçamento ambos os impostos sofrem alteração, e deixem que vos diga, que estas não são para melhor. Já foi falado nesta Assembleia o estado lastimável das contas municipais que não permite ao executivo camarário, sequer, manter as taxas de imposto atuais.

No PSD já sabíamos que estes valores seriam aumentados. Ainda assim foi uma surpresa o nível de aumento destes.

Para relembrar os presentes, quando deixamos a câmara em 2013 o valor de IMI era de 0.37%, sobre os prédios urbanos.

Com a chegada do PS ao poder este valor baixou para 0.34%. Esta foi sem dúvida uma medida nobre, não o questiono.

Apesar disso foi uma medida que a longo prazo se revelou como mais um contributo para a tempestade que hoje enfrentamos. O resultado disto, caros



Assembleia Municipal de Caminha

senhores, é um aumento do IMI para a taxa máxima permitida por lei! 0.45%. Para que tenham uma noção mais clara, um contribuinte que seja proprietário de um prédio urbano com um Valor Patrimonial Tributário de 100.000 € pagou este ano 340 € de contribuição de IMI.

Para 2019 o mesmo contribuinte pagará 450 €.

Um aumento de 32,35%, repito 32,35%.

A juntar a isto temos ainda uma alteração na participação variável no IRS relativa aos rendimentos do ano de 2019, que se irá refletir no bolso dos contribuintes no ano de 2020.

Esta taxa atualmente é de 3.5% e vai passar para 5%, isto é, uma vez mais, o valor máximo permitido por lei, que corresponde a um aumento de 42,85 %, repito 42,85 %.

A tudo isto e para nosso infortúnio, junta-se o brutal aumento da tarifa de água já a partir do próximo mês de janeiro.

É esta, Sr. Presidente, a estratégia para o município fixar a população e atrair investimento?

Deixo esta questão no ar.

Disse.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 10 votos contra e 01 abstenções.

O **Senhor Deputado Pedro Casal**, fez a seguinte declaração de voto;

“A bancada do Partido Social Democrata votou contra esta proposta, não porque não estivesse à espera dela, não porque achasse que poderia ser evitado o aumento da referida taxa, mas porque:



Assembleia Municipal de Caminha

O valor do aumento é brutal e ainda somado ao aumento da taxa de participação variável no IRS, medidas penalizadoras para as pessoas singulares;

Manutenção da derrama na taxa máxima permitida por lei, relativa aos lucros tributáveis das empresas, medida penalizadora para as empresas e consequentemente para o investimento e desenvolvimento do município;

E finalmente o aumento da tarifa de água que penaliza a todos por igual.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) Participação Variável no IRS relativa aos Rendimentos do Ano de 2019

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, relativa à **“Participação Variável no IRS Relativa aos Rendimentos do Ano de 2019”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** que a participação a vigorar os rendimentos de 2019 com reflexos nas transferências para o Município apenas em 2020, seja de 5%, atendendo à intenção de elaboração de Plano de Saneamento que obriga a maximização de impostos locais.

O **Senhor Deputado Mário Molinos**, disse quanto a esta taxa, que provoca desigualdade no país em geral, ou seja, cada Câmara pode praticar a taxa à sua medida dentro dos parâmetros da Lei, contudo, aquilo que acontece, é que



Assembleia Municipal de Caminha

existe uma transferência de competências para as Câmaras, e com o ónus mal, provoca desigualdade e ao mesmo tempo os municípios ficam mais responsabilizados por matérias, que do seu ponto de vista não seria da competência deles, ou seja, trata-se de uma forma de fazer que os municípios passem a ser os maus da fita, quando neste caso o mal da fita deveria de ser o Estado Central e o imposto deveria ser igual para todos, uma vez que somos cidadãos do mesmo país.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 11 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, relativa à “**Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Vice-Presidente da Câmara, Guilherme Lagido**, disse que a sua intervenção não está relacionada com este ponto, mas sim, por causa de uma afirmação que ali foi dita sobre o IMI, que não é verdade. Ou seja, a taxa do IMI em 2013 era de 0.4%, assim, devem consultar bem a informação.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

j) Mapa de Pessoal para 2019

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, relativa ao “**Mapa de Pessoal para 2019**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º2, do art.º 6, da Lei 112/2017 de 29 de dezembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar o Mapa de Pessoal para 2019.

A **Senhora Deputada Marina Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara



Assembleia Municipal de Caminha

Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Discutimos hoje importantes decisões do executivo camarário que balizam o ano de 2019 e as principais prioridades políticas para o próximo exercício económico.

Cientes da acrescida responsabilidade na sustentabilidade económica do concelho em paralelo com uma ação inquestionável de apoio aos nossos munícipes, às nossas empresas e à valorização dos nossos recursos, discutimos hoje, ou assim esperávamos, a prioridade que é dada ao bem comum, seja pelo equilíbrio orçamental seja pela reposição da dignidade social no nosso concelho, muito alicerçada a uma evidente política social prosseguida ao nível nacional pelo Governo e pela maioria parlamentar.

Fácil, Srs. Deputados, é chegar aqui e, num exercício, aqui sim, de pura demagogia e de alguma insensibilidade social, apontar o dedo para as medidas que permitem um aumento da receita sem as contrabalançar com as medidas que obrigam a um aumento da despesa e que apenas por razões ideológicas poderão ser refutadas.

Srs. Deputados, a ação do nosso executivo pauta-se, como qualquer um dos que estão presentes nesta sala e que já exerceram ou exercem funções executivas saberão, por escolhas e essas escolhas assentam na visão que se quer do concelho.

Já discutimos aqui o Orçamento do nosso concelho e ficou mais do que evidente que um dos grandes motivos que leva ao aumento da despesa do município prende-se com o aumento das despesas com pessoal.

E dirão os Senhores Deputados do PSD que estamos perante um exercício pouco transparente ou que estamos, eventualmente, perante mais uma decisão contestável em que se privilegia trabalhadores que até não são necessários para o funcionamento do município.

E dizer que os Senhores Deputados do PSD que estamos perante a falácia do Socialismo.



Assembleia Municipal de Caminha

O que os Srs. Deputados do PSD não dirão é que estamos a dignificar os trabalhadores, a repor os direitos que são seus por direito (seja por via do descongelamento das carreiras, seja por via da atualização salarial).

O que os Senhores Deputados do PSD não dirão é que quem pugnou pelo 13º e 14º meses foi o Partido Socialista depois do PSD os ter cortado. Isso sim deu a pesar nas consciências de alguns no momento da ceia de Natal.

O que os srs. Deputados do PSD não dirão é que estamos a dar estabilidade profissional a muitos dos trabalhadores do nosso Concelho, dando o exemplo enquanto empregador público de qual a relação que deve ser tida com os seus trabalhadores.

Quando aprovamos na última sessão da Assembleia Municipal a integração de várias dezenas de trabalhadores que passaram a ter um vínculo permanente com a Câmara Municipal de Caminha, na sua grande maioria assistentes operacionais e muitos deles a trabalhar há anos demais nas mesmas funções com vínculos precários, os Srs. Deputados do PSD demonstraram que há matérias em que o que nos separa é pura e simplesmente a visão ideológica que temos no exercício do poder público, aqui numa perspetiva local, e esta é precisamente uma delas e por isso é que o PSD se absteve e as restantes bancadas votaram a favor da estabilidade profissional, do combate à precariedade ou da dignificação das relações laborais.

Hoje, em consonância com essa decisão, o executivo camarário apresenta-nos o mapa de pessoal para 2019 que reflete esta realidade, prevendo os recursos humanos necessários ao desenvolvimento das funções da Câmara e ao desenvolvimento do nosso município.

A proposta de mapa de pessoal que hoje discutimos reflete a opção do executivo em prosseguir as suas funções com trabalhadores que veem o seu trabalho reconhecido, fomentando melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, promovendo uma melhor ação em prol dos nossos munícipes.



Assembleia Municipal de Caminha

Sras. e Srs. Deputados, é para mim uma satisfação felicitar o executivo camarário pelo mapa de pessoal que hoje nos apresenta e que associa o nosso município a um programa e regularização extraordinária dos vínculos precários desenhado pelo Governo e aprovado pela Assembleia da República, com uma geometria parlamentar onde certamente não contou com o PSD para a aprovação desta Lei.

É sempre de sublinhar a ação do executivo camarário na política de valorização e respeito pelos direitos dos trabalhadores porque esta é realmente uma forma de fazer política que nos distingue de outras forças políticas que já estiverem no poder executivo no nosso concelho.

Sras. e Srs. Deputados, termino a minha intervenção salientando que o exemplo que é dado pelo executivo enquanto empregador público, ao refletir no mapa de pessoal uma estratégia, partilhada pelo Partido Socialista na sua ação governativa nacional, de combate à precariedade laboral, é o exemplo de como nos movemos, não por opções de pura gestão orçamental, mas por opções de justiça social, igualdade e promoção do Estado Social. Não agradamos a todos nem privilegiamos todos...

Fazemos, isso sim, opções políticas em que tentamos privilegiar e priorizar os que menos têm, respondendo de forma proporcional à população que é de per si diferente.

Por fim, saliento, em nome da bancada do Partido Socialista, o anseio de que no ano de 2019 o executivo camarário, alicerçado nos seus recursos humanos que, estou certa, desempenham as suas funções com total responsabilidade e brilhantismo, seja promotor de mais e melhores condições para o nosso concelho, as nossas gentes e a nossa economia local."

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a



Assembleia Municipal de Caminha

favor, 0 votos contra e 09 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinte e um de outubro de dois mil e dezoito, relativa à **“Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de junho, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, e nos termos do n.º 3, do art.º 6.º da citada Lei; “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente de câmara.”

Propõe-se que este órgão deliberativo aprove:

- Delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99.759,58), de forma a tornar mais céleres os procedimentos que envolvam a assunção de tais



Assembleia Municipal de Caminha

compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;

- Que a presente deliberação produza efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2019 e até 31 de dezembro de 2019;

- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da delegação que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da delegação que ora se propõe.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

I) Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de novembro de dois mil e dezoito, relativa à **“Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais.

Propõe-se que este órgão deliberativo aprove a autorização prévia para o seguinte compromisso plurianual:

1. Empreitada “Requalificação e ampliação da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais – Caminha”, com um valor total estimado de 3.710.000,00€;
 - a. Ano 2019: 1.000.000,00€;
 - b. Ano 2020: 2.710.000,00€;

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

m) Contração de um Empréstimo a Curto Prazo para o Exercício Económico de 2019

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de dezembro de dois mil e dezoito, relativa à “**Contração de um Empréstimo a Curto Prazo para o Exercício Económico de 2019**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea f), do n.º1, do art.º25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara,



Assembleia Municipal de Caminha

autorizar a contratação de empréstimos, **propõe-se** a contratação de um empréstimo a curto prazo para o exercício económico de 2019.

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Sobre este último, agora penúltimo, ponto da ordem de trabalhos, quero fazer duas considerações.

Em primeiro lugar, o PS congratula-se que a Câmara Municipal de Caminha esteja a honrar os seus compromissos. Este empréstimo serve para pagar o processo judicial do Dr. Dionísio Marques. É bom lembrar que este caso já se arrasta há vários anos, iniciou-se ainda com o executivo PSD e custará, no final, mais de meio milhão de euros.

Em segundo lugar, este empréstimo serve para realizar a antecipação de receitas para as Juntas de Freguesia. Desta forma a Câmara Municipal está a cumprir o seu compromisso e está a dar às freguesias os recursos necessários para resolver os problemas junto da população.

Sendo este o penúltimo ponto da ordem de trabalhos e julgando não intervir mais, aproveito para desejar a todos um bom natal e umas boas entradas em 2019.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0



Assembleia Municipal de Caminha

abstenções.

n) Colocação de Sinalética de Trânsito e Estacionamento Proibido – União de Freguesias de Moledo e Cristelo

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de dezembro de dois mil e dezoito, relativa à “**Colocação de Sinalética de Trânsito e Estacionamento Proibido – União de Freguesias de Moledo e Cristelo**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a seguinte sinalética, num caminho existente à Avenida de Santana, junto ao n.º812 que dá acesso a duas habitações, invocando que tal caminho sempre foi uma passagem de peões na União de Freguesias de Moledo e Cristelo:

- 1) No lado direito do sentido de trânsito, no início do caminho, junto ao entroncamento com a Avenida de Santana: sinal G3 (zona de paragem e estacionamento proibidos), como indicado em fotomapa anexo que fica a fazer parte integrante da ata.
- 2) No lado direito do sentido de trânsito, no início do caminho, no largo existente junto à passagem inferior ao Caminho de Ferro: sinal G3 (zona de paragem e estacionamento proibidos), como indicado em fotomapa anexo que fica a fazer parte integrante da ata.

O **Senhor Deputado José Valdemar**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros



Assembleia Municipal de Caminha

municipes e comunicação social, e disse que não tendo argumentos para contrapor a proposta de sinalização vertical apresentada a esta Assembleia por proposta da Exma., Junta da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, chama, no entanto, a atenção desta Assembleia para facto desta proposta se localizar nas imediações na zona objeto de futura intervenção para implantação de lugar estacionamento na Avenida de Santana como ali já hoje tiveram a oportunidade de ouvir de uma moradora.

Senhor Presidente, julgo pertinente que esta sinalização não seja colocada até que a referida intervenção seja concluída na Avenida de Santana. Os moradores da Avenida de Santana, já tem problemas de estacionamento que chegue.

Aproveito para desejar um Bom Natal e um ótimo 2019.

A **Senhora Tesoureira da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Maria Goreti Verde**, fez uma breve explicação sobre esta sinalética e disse que a implementação desta sinalética não é na Avenida de Santana que todos estão habituados a passar quando se vai de Moledo para Vila Praia de Âncora. E explica que se se situarem nas obras que estão a decorrer na praia, e se seguirem em direção Vila Praia de Âncora, existe ali um túnel e ao passarem esse túnel e virando de imediato à direita, existe ali um caminho pedonal, que apenas lá passavam carros de bois, e aquilo que está a acontecer é que as pessoas estão a estacionar lá os carros e quem lá vive deixou de ter acesso as suas habitações, ou seja, este acesso é praticamente encostado a linha do comboio, o qual pertence à Avenida de Santana, contudo a intervenção que vai ser realizada pela Câmara de Caminha e aquilo que ali se falou no inicio da sessão é mesmo na Avenida de Santana.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



[Handwritten mark]

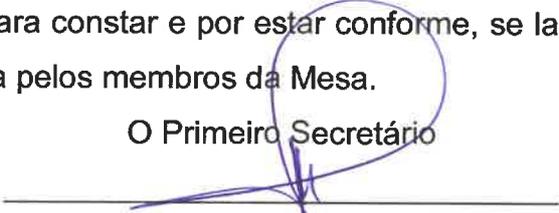
Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

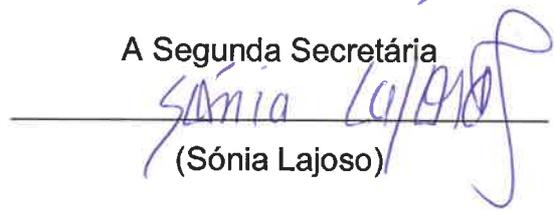
O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H55M, do dia 15 de dezembro de 2018, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário



(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária



(Sónia Lajoso)

O Presidente



(Luís Augusto Pestana Mourão)